PANORAMA FISCAL

Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Ofice

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO CEARÁ NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2022

Deoclécio dos Santos Silva
Francisco Lúcio Mendes Maia
Gerson da Silva Ribeiro
Helena Gabriela Jacinto Soares

Ano 7, V. 51
Jun | Jul 2022

EDIÇÕES
FUNDAÇÃO SINTAF

A Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal dos entes federartivos, de modo especial do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar análises de temas relevantes no âmbito das finanças públicas, bem como proceder análises comparativas e evolutivas, a partir do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com base no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ambos instrumentos de transparência da gestão fiscal, de índices e indicadores analisados das unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

PANORAMA FISCAL
Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Ofice

Ano 7, V. 51
Jun | Jul 2022

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO CEARÁ NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2022

Diretoria Executiva
Liduíno Lopes de Brito
Diretor Geral
liduino@fundacaosintaf.org.br

Kléber Junio Silveira
Diretor Administrativo-Financeiro
kleber@fundacaosintaf.org.br

Jurandir Gurgel Gondim Filho
Diretor Técnico-Científico
jurandir@fundacaosintaf.org.br

Liliane Sales Carvalho
Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura
liliane@fundacaosintaf.org.br

Conselho Curador
Carlos Eduardo dos Santos Marino
Presidente

Lucia de Fátima Dantas Muniz
1ª Secretária

Newton Mourão
2º Secretário

Fundação Sintaf
Rua Padre Mororó, 952 - Centro
CEP: 60015-220
www.fundacaosintaf.org.br
fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil

PANORAMA FISCAL

Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Ofice

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 7, V. 51, Jun | Jul 2022
Série Eletrônica disponível em:
fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

Análise das Demonstrações Contábeis da União do Exercício Financeiro de 2021

Análise das Finanças Públicas do Ceará no Primeiro Bimestre de 2022

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Responsabilidade Editorial
Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação
MOTE Design de Ideias

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice) / Fundação Sintaf. - v. 51 (2022) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Jun | Jul. 2022.

Bimestral
Série eletrônica disponível em:
http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal
ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária. 3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PANORAMA FISCAL
Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Ofice

Ano 7, V. 51
Jun | Jul 2022

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

Deoclécio dos Santos Silva [1]
Francisco Lúcio Mendes Maia[2]
Gerson da Silva Ribeiro[3]
Helena Gabriela Jacinto Soares[4]

[1] Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.
[2] Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.
[3] Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará, Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.
[4] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Ofice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11
2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO 12
3. BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO 17
4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS 19
5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS 20
6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS LÍQUIDAS (DMPL) 23
7. BALANÇO PATRIMONIAL 25
8. DÍVIDA ATIVA, DÍVIDA FUNDADA E ENDIVIDAMENTO GERAL 29
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 31
REFERÊNCIAS 32
APÊNDICE I 33
APÊNDICE II 37

RESUMO

O Balanço Geral da União (BGU) evidencia as Demonstrações Contábeis Consolidadas, estas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. As empresas públicas e sociedades de economia mista, obedecem a Lei nº 6.404/1976. O BGU observa, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), da Secretaria do Tesouro Nacional. O BGU tem a finalidade de apresentar à sociedade a execução e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Balanço Patrimonial. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas. No encerramento do exercício, o BGU é parte integrante da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), consolidando informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Vale ressaltar que todas as entidades da União, administração direta e indireta, integram o BGU. O objetivo deste artigo é analisar os dados contidos nessas demonstrações contábeis, transformado em informações, para que a sociedade possa entender como foram aplicados os recursos financeiros arrecadados pela União, principalmente nas suas atividades fins como educação, saúde, segurança, assistência, previdência e demais atividades do setor público, em benefício da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Balanço Geral da União; Demonstrações Contábeis; Prestação de Contas; Recursos Financeiros; Sociedade.

ABSTRACT

The General Balance Sheet of the Union (BGU) shows the Consolidated Financial Statements, which are prepared in accordance with the provisions of Law No. 4,320/1964, Decree-Law No. 200/1967, Decree No. 93,872/1986, Law No. 10,180/ 2001 and Complementary Law No. 101/2000. Public companies and mixed capital companies comply with Law No. 6,404/1976. The BGU also observes the Accounting Manual Applied to the Public Sector (MCASP) and the Integrated Financial Administration System (SIAFI), of the National Treasury Secretariat. The purpose of the BGU is to present to society the execution and the budgetary, financial and equity results of the Union, through the Budget Balance Sheet, Financial Statement, Cash Flow Statement, Statement of Equity Changes, Statement of Changes in Shareholders' Equity and Balance Sheet . These financial statements are accompanied by explanatory notes. At the end of the year, the BGU is an integral part of the Accountability of the President of the Republic (PCPR), consolidating budgetary, financial and patrimonial information from the Executive, Legislative and Judiciary Powers, the Public Ministry of the Union and the Public Defender's Office of the Union. It is worth mentioning that all Union entities, direct and indirect administration, are part of the BGU. The objective of this article is to analyze the data contained in these financial statements, transformed into information, so that society can understand how the financial resources collected by the Union were applied, mainly in its activities such as education, health, security, assistance, social security and others. public sector activities for the benefit of society.

KEYWORDS

General Balance Sheet of the Union; Accounting statements; Accountability; Financial resources; Society.

1. INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON), comumente conhecidas como o Balanço Geral da União (BGU), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. As empresas públicas e sociedades de economia mista, obedecem a Lei nº 6.404/1976. O BGU observa, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), da Secretaria do Tesouro Nacional.

O BGU tem a finalidade de apresentar à sociedade a execução e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Balanço Patrimonial. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.
No encerramento do exercício, o BGU é parte integrante da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), consolidando informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Vale ressaltar que todas as entidades da União, administração direta e indireta integram o BGU.

O objetivo deste trabalho é efetuar a análise das Demonstrações Contábeis Consolidadas da União relativas ao exercício financeiro de 2021, para avaliar as execuções e resultados dos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial da União do exercício financeiro de 2021.

A metodologia adotada foi a análise por meio de indicadores econômico-financeiros e seus efeitos na execução orçamentária, financeira e patrimonial da União no exercício financeiro de 2021.

As análises realizadas por essa pesquisa tiveram como base as demonstrações contábeis consolidadas do BGU. Portanto, estão incluídos todos os órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais.

Destaque-se, ainda, que os procedimentos de auditoria aplicados foram a análise por meio de índices, enquanto a extensão foram as demonstrações contábeis. As limitações ao alcance da análise são o resumo das informações contidas nas demonstrações contábeis, mas isso não inviabiliza o entendimento dos autores contidos neste estudo.

O trabalho foi dividido em nove seções, incluindo esta introdução. A segunda seção analisa o balanço orçamentário da União, evidenciando a execução consolidada da receita e da despesa, o resultado orçamentário total e por categoria econômica. A terceira seção retrata o balanço financeiro consolidado. Em seguida, a quarta, aborda a demonstração das variações patrimoniais consolidadas. A quinta analisa a demonstração dos fluxos de caixa, enquanto a sexta analisa a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a sétima analisa o balanço patrimonial consolidado e a oitava analisa as dívidas ativa e fundada e o endividamento geral. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Conforme determinado no Art. 102 da Lei nº 4.320/1964, define-se balanço orçamentário como uma demonstração financeira que evidencia as receitas previstas, as despesas fixadas, todas em confronto com as realizadas.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretária do Tesouro Nacional (STN), estabelece que o balanço orçamentário deverá evidenciar as receitas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada. As despesas são evidenciadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Figura 2.1 – Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias Consolidadas – 2021

(Em R$ milhões)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	**1.664.202**	**1.664.202**	**2.016.693**	**352.491**
RECEITA TRIBUTÁRIA	589.496	589.496	710.745	121.249
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	907.280	907.280	1.024.286	117.006
RECEITA PATRIMONIAL	91.080	91.080	174.091	83.011
RECEITA AGROPECUÁRIA	23	23	28	5
RECEITA INDUSTRIAL	2.110	2.110	2.104	-6
RECEITA DE SERVIÇOS	46.067	46.067	48.473	2.406
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	460	460	791	331
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.686	27.686	56.175	28.488
RECEITAS DE CAPITAL	**913.281**	**913.281**	**616.027**	**-297.254**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	828.771	828.771	383.780	-444.990
ALIENAÇÃO DE BENS	1.852	1.852	8.314	6.461
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	40.079	40.079	106.452	66.372
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	78	78	4	-74
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	42.500	42.500	117.478	74.977
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	2.577.482	2.577.482	2.632.720	55.237
REFINANCIAMENTO (II)	**1.603.522**	**1.603.522**	**1.647.493**	**43.971**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.603.522	1.603.522	1.644.344	40.822
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	3.149	3.149
SUTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	4.181.004	4.181.004	4.280.213	99.208
TOTAL (V)=(III+IV)	**4.181.004**	**4.181.004**	**4.280.213**	**99.208**

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU(2021)

Figura 2.2 – Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias Consolidadas – 2021

(Em R$ milhões)

DESPESAS ORÇAMENTÁRI	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESP. EMPENHADAS (g)	DESP. LIQUIDADAS (h)	DESP. PAGAS (i)	SDO DA DOTAÇÃO (i)
DESPESAS CORRENTES	**2.126.946**	**2.346.507**	**2.214.684**	**2.137.984**	**2.072.651**	**131.823**
PESSOAL E ENCARGOS SOC	363.652	357.735	352.185	351.241	333.633	5.550
JUROS E ENCARGOS DA DÍ	362.618	362.618	256.299	256.214	256.214	106.319
OUTRAS DESPESAS CORRE	1.400.676	1.626.154	1.606.200	1.530.529	1.482.804	19.954
DESPESAS DE CAPITAL	**494.034**	**522.238**	**427.320**	**389.145**	**388.893**	**94.919**
INVESTIMENTOS	38.129	49.015	46.127	46.127	16.886	2.888
INVERSÕES FINANCEIRAS	81.157	98.457	76.198	67.025	67.016	22.259
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	374.749	374.766	304.995	304.993	304.991	69.771
RESERVA DE CONTINGÊNC	41.221	38.729	0,00	0,00	0,00	38.729
SUBTOTAL DAS DESPESAS (	2.662.200	2.907.474	2.642.003	2.527.129	2.461.544	265.471
AMORT. DA DÍVIDA REFIN	**1.499.036**	**1.499.036**	**1.405.011**	**1.399.618**	**1.399.618**	**94.025**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.434.393	1.434.393	1.378.624	1.373.231	1.373.231	55.769
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.643	64.643	26.387	26.387	26.387	38.257
SUBTOTAL COM REFIN. (VI	4.161.237	4.406.510	4.047.014	3.926.747	3.861.162	359.496
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	233.198			-233.198
TOTAL (X=VIII+IX)	**4.161.237**	**4.406.510**	**4.280.213**	**3.926.747**	**3.861.162**	**126.298**

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU(2021)

No intuito de fornecer subsídios para a avaliação da gestão orçamentária da União, serão detalhados a seguir os principais indicadores econômico-financeiros obtidos por meio das informações do balanço orçamentário.

2.1 Resultado do Equilíbrio Orçamentário

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2021, as receitas e despesas se mantiveram próximo do equilíbrio orçamentário, onde a Previsão Inicial da Receita foi R$ 4,181 trilhões e a Dotação Inicial da Despesa correspondeu ao valor de R$ 4,161 trilhões, com um quociente de 1,005. A diferença entre a previsão inicial da receita a fixação inicial da despesa se deve a vetos na Lei Orçamentária Anual, no valor de R$ 20 bilhões.

2.2 Execução da Receita

Ao confrontar a receita realizada no período no valor de R$ 4,280 trilhões, com a previsão atualizada da receita, de R$ 4,181 trilhões, verifica-se que houve uma arrecadação maior de R$ 99,21 bilhões do montante previsto. Diante do exposto, o quociente de execução da receita foi de 1,024 indicando que a arrecadação da receita orçamentária correspondeu a um aumento de 2,4% da receita prevista, demonstrando que a previsão da receita e sua arrecadação ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a diferença entre a arrecadação e previsão foi menor que 10,00%.

As Receitas Orçamentárias no ano de 2021 tiveram um desempenho semelhante do que se observou no ano de 2020. Objetivamente, no exercício do ano de 2020 teve-se uma arrecadação superior ao previsto, expresso em R$ 104,450 bilhões a mais.

Acerca dos itens que contribuíram para o aumento das receitas, as receitas correntes apresentaram resultado superior ao esperado, dado que foi arrecadado R$ 352,491 bilhões a mais que o previsto. Analisando a arrecadação das receitas correntes, estas apresentaram resultado da ordem de R$ 2,016 trilhões, desempenho superior em 130% em relação ao exercício anterior em termos nominais.

A receita tributária no valor de R$ 710,745 bilhões, conforme evidenciada no balanço orçamentário, teve uma participação de 35,24%, do total das receitas correntes, destaca-se também a participação das receitas de contribuições, R$ 1,024 trilhão, apresentando uma participação de 50,79% das receitas correntes em 2021. As demais receitas representaram 13,97%.

Quanto às receitas de capital, a arrecadação foi de R$ 616,027 bilhões, estas apresentaram uma arrecadação menor do que o previsto, R$ 913,281 bilhões, tendo sido arrecadado R$ 297,254 bilhões a menos que a previsão atualizada, o que representa 32,55% a menor que a previsão.

As de Operações de Crédito no valor de R$ 383,780 bilhões, representaram 62,3% da receita arrecada. Já a receita de Amortizações de Empréstimos, R$ 106,452 bilhões, correspondeu a 17,28% das receitas de capital. As demais receitas corresponderam a 20,42% da arrecadação.

A receita de Refinanciamento da Dívida Fundada foi de no valor de R$ 1,604 trilhão. A Dívida Fundada corresponde a Operações de Crédito de natureza mobiliária e contratual.

2.3. Execução da Despesa

Ao comparar a dotação atualizada da despesa, no valor de R$ 4,406 trilhões, com a despesa empenhada do período, de R$ 4,047 trilhões, verifica-se que deixou de ser executado o montante de R$ 359,496 bilhões. Dessa forma, o quociente de execução da despesa foi de 0,9184. Portanto, a despesa orçamentária empenhada correspondeu a 91,84% da despesa fixada, demonstrando que a fixação da despesa e sua execução ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a diferença entre a despesa fixada atualizada e despesa empenhada foi de 8,16%.

As despesas correntes somaram R$ 2,215 trilhões, teve como maior participação a subcategoria Outras Despesas Correntes, no valor R$ 1,606 trilhão, relativas às Transferências Constitucional ou Legal de Receitas, despesas com assistência e previdência, despesas com a manutenção dos serviços públicos continuados e sentenças judicias, representando 72,53% das despesas correntes. A Despesa com

Pessoal e Encargos Sociais, R$ 352,185 bilhões, equivale a 15,90% das despesas correntes. Enquanto Juros e Encargos da Dívida, R$ 256,299, corresponde a 11,57% das despesas correntes.

Ao analisar os itens que contribuíram para o montante não executado das despesas, temos R$ 131,823 bilhões, referente às despesas correntes e R$ 94,919 bilhões às despesas de capital.

Analisando as despesas de capital somaram de R$ 427,320 bilhões, a despesa Amortização da Dívida, R$ 304,995 bilhões, equivale a 71,37% das despesas de capital. A Despesa com Investimentos, no valor de R$ 46,127 bilhões, representa 10,80% das despesas de capital. A despesa com Inversões Financeiras, no valor de R$ 76,198 bilhões, corresponde a 17,83% das despesas de capital.

A Despesa de Refinanciamento da Dívida Fundada foi de no valor de R$ 1,405 trilhão, relativa a amortização da Dívida Fundada.

2.4 Execução Orçamentária Corrente e de Capital

O quociente da execução orçamentária corrente foi 0,91. Tal resultado indica que o orçamento corrente foi deficitário no valor de R$ 197,991 bilhões, indicando que a receita corrente realizada foi inferior em 8,94% em relação a despesa empenhada corrente.

O déficit orçamentário corrente evidencia que a União, no exercício financeiro de 2021, não conseguiu arrecadar recursos suficientes para financiar o total das despesas operacionais da União, ou seja, as despesas de caráter continuado, e muito menos recursos a serem aplicados em investimentos para geração de novos serviços para a sociedade. Esse indicador é muito negativo e reflete a política fiscal do governo federal, contida na Emenda Constitucional 95/2016 e uma regra fiscal descumprida.

Por sua vez, o resultado entre as receitas e despesas de capital no exercício de 2021 foi superavitário em R$ 188,707 bilhões. Vale ressaltar que o superávit de capital não pode ser aplicado em despesas correntes, conforme determinam os § 1º e § 2º, do Art. 11 da Lei 4.320/1964.

2.5 Resultado Orçamentário

Os quocientes do resultado orçamentário observados foram 1,06 em relação a despesa empenhada e 1,09 em relação a despesas liquidada. Tais resultados indicam que, o resultado orçamentário foi superavitário, pois a receita realizada foi superior em 5,76% em relação a despesa empenhada e 9,00% comparando com a despesa liquidada. Isto significa que houve superávit orçamentário e financeiro no

exercício de 2021, no valor de R$ 233,199 bilhões relativo as despesas empenhadas e R$ 353,466 bilhões com base nas despesas liquidadas. Estes resultados indicam que ficaram no caixa da União recursos disponíveis além dos utilizados na execução orçamentária, em função do regime contábil misto utilizado na execução orçamentária: Caixa para receita (receita arrecadada) e Competência para despesa (despesa empenhada), conforme estabelece o Art. 35 da Lei 4.320/1964. Portanto, esses recursos financeiros resultantes do superávit orçamentário poderiam ser aplicados em despesas com investimentos, realizando mais serviços em benefício da sociedade.

O superávit orçamentário de R$ 233,198 bilhões é composto dos seguintes resultados: Orçamento Corrente R$ (197,991) bilhões, Orçamento de Capital R$ 188.707 bilhões, e Refinanciamento da Dívida R$ 242,482 bilhões. Entretanto, deve ser observado que o superávit do refinanciamento da dívida pública só poderá aplicado em despesas como a amortização da dívida pública.

Conforme as tabelas abaixo, a União gastou, no exercício financeiro de 2021, R$ 1,966 trilhão com o serviço da dívida pública, correspondendo a 49% do total das despesas empenhadas no valor de R$ 4,047 trilhões.

Nas despesas com as funções públicas de Estado com educação, saúde, assistência social e previdência social, a União aplicou, no exercício financeiro de 2021, R$ 1,270 bilhão, este valor correspondente apenas a 65% das despesas com o serviço da dívida pública. Isso demonstra a diretriz da política fiscal do governo federal.

Figura 2.3 – Despesas da União com serviço da dívida – 2021

DESPESA EMPENHADA DO SERVIÇO DA DÍVIDA DA UNIÃO DE 2021		
dez/21	Em R$ milhões	
Juros	256.299	
Amortização	304.995	
Refinanciamento	1.405.011	
Total	1.966.305	
Serviço_Dívida	1.966.305	A
Total_Despesa	4.047.014	B
	0,49	A/B
	49	%
dez/21	Em R$ milhões	
Orçamento_2021	4.406.510	
Fonte de Dados		
Balanço Geral da União		
Exercício Financeiro de 2021		

Figura 2.4 – Despesas da União com educação, saúde, assistência e previdência social – 2021

dez/21	Em R$ milhões	
DESPESA EMPENHADA DA UNIÃO	Valor	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	168.633	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	806.431	
SAÚDE	182.514	
EDUCAÇÃO	112.482	
SOMA	1.270.060	A
SERVIÇO_DÍVIDA	1.966.305	B
TOTAL	3.236.365	
B/A	1,55	
A/B	0,65	
Fonte de Dados		
Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal da União		
Exercício Financeiro de 2021		

3. BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro Consolidado foi elaborado de acordo com o que determina o Art. 103 da Lei nº 4.320/1964. De acordo com a citada legislação, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando o seguinte:

Ingressos

(a) a receita orçamentária arrecada por origem de recursos: ordinários e vinculados;

(b) Transferências Financeiras Recebidas

(c) Recebimentos Extraorçamentários

(d) Saldo em Espécie do Exercício Anterior

Dispêndios

(e) a despesa orçamentária executada por aplicação de recursos: ordinários e vinculados;

(f) Transferências Financeiras Concedidas

(g) Pagamentos Extraorçamentários

(h) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

A partir do referido demonstrativo, é possível encontrar o resultado financeiro de duas maneiras. A primeira é calculada através do Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro (QORF): Resultado Orçamentário (receita – despesa), dividido pelo Resultado do saldo do Disponível (saldo atual – saldo anterior). A segunda é o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros (QRSF), mais simples, bastando calcular a diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Vale ressaltar que este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit econômico do exercício, cuja apuração é obtida por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais.

De acordo com o BGU (2021), o balanço financeiro é composto por fluxos financeiros (ingressos e dispêndios). Os fluxos financeiros que integram o referido balanço são os seguintes: a) fluxo financeiro orçamentário excluído de transferências orçamentárias, b) fluxo financeiro de transferências, e c) fluxo financeiro extraorçamentário.

No exercício em análise, o fluxo financeiro orçamentário obteve um superávit de R$ 233,199 bilhões, o fluxo financeiro de transferências foi deficitário de R$ 2 milhões, enquanto o fluxo financeiro extraorçamentário apresentou um superávit de R$ 51,878 bilhões. Somando-se os resultados dos dois fluxos resultou-se em montante superavitário de R$ 285,075 bilhões, resultado superior ao do exercício de 2020, quando tal montante foi de R$ 9,749 bilhões.

Figura 3.1 – Balanço Financeiro Consolidado – 2021

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.280.213	3.669.970
Ordinária	580.928	427.768
Vinculada	3.789.608	3.326.711
Deduções da Receita Orçamentária	-90.324	-84.509
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	243.641	245.283
SALDO (EM ESPÉCIE) DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.546.339	1.536.606
TOTAL	**6.070.192**	**5.451.858**
DISPÊNDIOS	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4.047.014	3.718.145
Ordinária	533.345	439.053
Vinculada	3.513.669	3.279.091
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2	16
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	191.763	187.359
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.831.413	1.546.339
TOTAL	**6.070.192**	**5.451.858**

Fonte: Tesouro Nacional Transparente BGU/(2021)

3.1 Quociente orçamentário do resultado financeiro

Este indicador mostra a razão entre a diferença da receita e despesa orçamentária e a variação entre os saldos em espécie para o exercício de 2021 e de 2020. Ao analisar o indicador, que foi de 0,82, verificou-se que a diferença entre as receitas e despesas orçamentárias representa 82,00% do resultado entre os saldos

em espécie.

3.2 Quociente do resultado dos saldos financeiros

Este indicador mostra a razão entre os saldos financeiros do ano analisado e do ano anterior, e em 2021 foi de 1,18. Verificou-se que houve um aumento das razões dos saldos em 18,00% comparado com 2020. Em valores nominais, o saldo de 2021 aumentou em R$ 285,074 bilhões, quando comparado com o ano anterior.

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

De acordo com o Art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVA) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial, resultado econômico, do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Analisando as variações patrimoniais da União no exercício de 2021, verificou-se as variações patrimoniais aumentativas somaram um valor de R$ 3,630 trilhões. E as variações patrimoniais diminutivas a soma de R$ 4,234 trilhões. Portanto, houve um déficit econômico de R$ 0,604 trilhão. Apesar do resultado negativo houve melhora em relação ao exercício anterior, que apresentou déficit de R$ 0,620 trilhões, conforme o demonstrativo da Figura 4.1.

Figura 4.1 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas – 2021

		R$ milhões
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**3.630.286**	**3.106.191**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	705.723	517.976
Contribuições	973.253	827.269
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	121.536	78.973
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	842.420	883.407
Transferências e Delegações Recebidas	8.458	3.933
Valorização e Ganhos com Ativos	398.769	274.775
Outras Variações Patrimoniais Recebidas	580.128	519.858
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**4.234.556**	**3.727.080**
Pessoal e Encargos	189.474	186.996
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.063.143	1.257.262
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	129.909	109.656
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.151.953	750.428
Transferências e Delegações Concedidas	508.727	508.764
Desvalorização e Perda de Ativos	298.285	279.167
Tributárias	1.151	1.125
Custo de Merc. e Prod. Vendidos e Serv. Prestados	4.558	2.232
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	887.356	631.449
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-604.270**	**-620.889**

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2021).

Sobre as Variações Patrimoniais Quantitativas, os itens "Transferências e Delegações Recebidas" e "Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados" foram os que apresentaram maiores variações absolutas em relação ao ano anterior, 115,05% e 104,21%, respectivamente.

Com os dados apresentados em 2021, o Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi de 0,86, valor que é 2,87% maior que o de 2020. Tal quociente, que mede a razão entre Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, por ser inferior a uma unidade, indica que a União continua com déficit patrimonial.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Os fluxos de caixa evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros da União em um determinado período. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as origens dos fluxos financeiros de entrada de caixa e equivalente a caixa e as aplicações desses recursos financeiros, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais consiste nos ingressos e desembolsos de recursos financeiros referentes às atividades públicas continuadas.

Os ingressos são evidenciados pelas receitas orçamentárias correntes: receitas derivadas, as receitas tributárias e contribuições, pelas receitas originárias das atividades operacionais da União; pelas transferências constitucionais e legais recebidas; e outros ingressos operacionais. Os desembolsos são evidenciados pelas despesas orçamentárias correntes: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida pública; transferências constitucionais e legais concedidas; e outros desembolsos operacionais. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos representa o fluxo líquido das atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento compreende os recursos relacionados à aquisição de novos serviços públicos, tais como construção de infraestrutura como escolas, hospitais, estradas, açudes, dentre outros, que irão beneficiar a sociedade no futuro. Os ingressos são representados por: alienação de bens; amortização de empréstimos e financiamentos concedidos; e outros ingressos de investimentos. Os desembolsos são evidenciados por: aquisição de bens e direitos que irão disponibilizar novos serviços à sociedade; concessão de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimento. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos representa o fluxo líquido das atividades de investimento.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento diz respeito aos ingressos de operações de crédito para adquirir novos serviços, os desembolsos são evidenciados pela amortização dos financiamentos. Os ingressos são representados por: operações de créditos e outros ingressos de financiamento. Os desembolsos são evidenciados por amortização/refinanciamento da dívida. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos representa o fluxo líquido das atividades de financiamento.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa representa a soma algébrica dos fluxos líquidos das atividades operacionais, investimento e financiamento.

O somatório da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa mais o Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (saldo inicial de caixa disponível) é igual ao Caixa e Equivalente de Caixa Final (saldo final de caixa disponível).

Figura 5.1 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado – 2021

		R$ milhões
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**2.191.963**	**1.674.487**
RECEITA TRIBUTÁRIA	710.745	516.808
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.024.286	847.833
RECEITA PATRIMONIAL	159.257	78.959
RECEITA AGROPECUÁRIA	28	21
RECEITA INDUSTRIAL	2.104	1.649
RECEITA DE SERVIÇOS	48.473	36.516
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	132.312	81.942
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	56.175	47.721
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	795	587
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	57.789	62.451
DESEMBOLSOS	**-2.252.441**	**-2.540.113**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	-1.398.663	-1.582.600
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-256.357	-346.710
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	-545.464	-541.252
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-51.958	-69.551
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**-60.478**	**-865.625**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**114.765**	**37.229**
ALIENAÇÃO DE BENS	8.314	1.916
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	106.452	35.312
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	-	-
DESEMBOLSOS	**-94.810**	**-147.718**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	-23.324	-18.294
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-56.504	-117.810
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	-14.983	-11.614
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**19.955**	**-110.489**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	**2.031.273**	**2.020.706**
OPERAÇÕES DE CAIXA	2.031.273	1.648.395
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	372.311
DESEMBOLSOS	**-1.705.675**	**-1.034.858**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	-1.705.675	-1.034.858
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**325.598**	**985.848**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**285.075**	**9.733**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.546.339	1.536.606
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.831.413	1.546.339

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2021).

A União, no exercício do ano de 2021, teve uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa de R$ 285 bilhões, que somado ao R$ 1,546 trilhão de Caixa e Equivalente de Caixa Inicial, ou seja, o saldo de caixa do exercício anterior, resultou em um Caixa e Equivalente de Caixa Final, o saldo final de caixa em 2021, de R$ 1,831 milhão. Na comparação da Geração Líquida de Caixa de 2020 com a de 2021, observa-se que houve um aumento expressivo de 2.828,95% na geração líquida de caixa.

Para os exercícios de 2020 e 2021, o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais foi negativo em R$ 865,625 bilhões e R$ 60,478 bilhões, respectivamente. Já no Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento de 2021 houve um superávit de R$ 19,955 bilhões, ao contrário de 2020 que houve um déficit foi de R$ 110,489 bilhões. Já o fluxo líquido de financiamento houve superávit em 2021

e 2020, de R$ 325,598 bilhões e R$ 985,848 bilhões, respectivamente.

Analisando o saldo final de Caixa e Equivalente a Caixa da União no exercício financeiro de 2021, no valor de R$ 1,831 trilhão, ficou evidenciado que R$ 1,173 trilhão foram vinculados para pagamento do serviço da dívida pública, este valor corresponde a 74,18% das disponibilidades líquidas de caixa da União no exercício financeiro de 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo, ratificando a diretriz da política fiscal do governo federal.

Figura 5.2 – Disponibilidade de caixa líquida da União– 2021

dez/21	Em R$ milhões	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA DA UNIÃO	Valor	
Recursos não Vinculados/Ordinários (A)	84.299	
Recursos Vinculados (B)	1.496.941	
1.Recursos vinculados à Educação	12.588	
2.Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	12.451	
3.Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	59	
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	1.311	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.212	
6. Recursos da Dívida Pública	1.172.904	
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	13.636	
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF,Municípios, inclusive Fundos	4.571	
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	245.455	
10. Outros Recursos Vinculados	23.682	
11. Recursos a Classificar	73	
Total (A+B)	1.581.240	(A+B)
	0,7835	(6/B)
	0,7418	((6/(A+B))
Fonte de Dados		
Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal da União		
Exercício Financeiro de 2021		

Fonte: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal da União

6. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Nas entidades com fins lucrativos a DMPL evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido, diferença entre bens e direitos menos as obrigações, do exercício financeiro evidenciado, essas alterações poderão ocorrer no capital social, nas reservas de capital, em ajustes de avaliação patrimonial, nas reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados, conforme Art. 178, § 2º, III e Art. 186, § 2º, da Lei 6.404/1976. Nas entidades sem fins lucrativos, o Art. 105, V da Lei 4.320/1964, denomina o Patrimônio Líquido de Saldo Patrimonial.

Figura 6.1 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da União – 2021

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício 2021
R$ milhões

Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		**47.616**	**1.592**	**17**	**640**	**255**	**(4.470.521)**	**242**	**(1.394)**	**(4.421.553)**
Variação Cambial		-	-	-	-	(0)	1.621	-	-	**1.621**
Ajustes de Exercícios Anteriores	56	953	244	-	-	(1)	(121.950)	-	-	**(120.754)**
Aumento / Redução de Capital		370	615	-	2	-	(2)	-	-	**984**
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	209	9	-	-	**218**
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	(0)	(2)	-	**(2)**
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(617.641)	-	-	**(617.641)**
Constituição / Reversão de Reservas		-	3	(0)	(42)	-	49	(1)	-	**9**
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária – IR / CS sobre Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	8	-	-	-	-	-	-	**8**
Saldo Final do Exercício 2021		**48.939**	**2.462**	**17**	**599**	**463**	**(5.208.436)**	**238**	**(1.394)**	**(5.157.110)**
Total Consolidado	57	**7.411**	**201**	**17**	-	**398**	**(5.173.434)**	**1**	**(1.394)**	**(5.166.800)**

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2021).

Conforme demonstrado na figura acima o patrimônio líquido da União está negativo. No exercício financeiro de 2020 o valor foi de R$ (4,422) trilhões e em 2021 R$ (5,167) trilhões, havendo um aumento de 16,85% em relação ao exercício financeiro anterior.

Analisando uma série histórica, tomando como data base o exercício financeiro de 2015, ficou constatado que essa negatividade existe desde este exercício financeiro e vem crescendo em relação a esta data base, conforme tabela abaixo.

Figura 6.2 – Patrimônio Líquido da União – 2015 a 2021

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
BALANÇO PATRIMONIAL		
PATRIMÔMIO LÍQUIDO DA UNIÃO		
	Em Milhões	
ANO	VALOR	%
2015	-1.424.527	100
2016	-2.021.487	142
2017	-2.425.406	170
2018	-2.415.805	170
2019	-2.982.051	209
2020	-4.444.703	312
2021	-5.166.800	363
Fonte: Balanço Geral da União		

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no período de 2015 a 2021 passou de R$ 5,990 trilhões em 2015 para R$ 8,700 trilhões em 2021, com um

crescimento nominal de 45,24 %, enquanto que a inflação medida pelo IPCA no mesmo período foi de 50,74%, com uma evolução real negativa do PIB de 3,97%. Conforme essa série histórica, fica demonstrado que a diretriz da política fiscal do governo federal está equivocada, porque não houve crescimento do patrimônio líquido da União durante esse período, evidenciado também pelo decréscimo do PIB no mesmo período.

7. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

c) Patrimônio Líquido: evidencia o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

d) Contas de Compensação: compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a) Estiverem disponíveis para realização imediata;

b) Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os ativos classificados como não circulantes são os direitos realizáveis após doze messes da publicação do balanço patrimonial ou que não façam parte da atividade operacional, além dos direitos em investimentos, dos bens do imobilizado

e dos direitos intangíveis.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, artigo 105, demonstra o Balanço Patrimonial em dois grandes grupos do Ativo: Financeiro e Permanente, no Passivo, idem: Passivo Financeiro e Passivo Permanente.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição (STN, 2018), o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Demonstrativo Principal;

b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;

c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e

d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

Conforme estabelece o Art. 113 da Lei 4320/1964, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11 de 2018 evidencia, com base neste artigo, que seu alcance se aplica às entidades do setor público conforme o alcance definido na NBC TSP Estrutura Conceitual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Figura 7.1 – Balanço Patrimonial Consolidado – 2021

		R$ milhões
ATIVO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	2.089.640	1.731.057
Caixa e Equivalente de Caixa	1.831.413	1.546.339
Crédito a Curto Prazo	219.966	154.671
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2	3.468
Estoques	37.975	26.334
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	127	129
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	156	116
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.204.413	3.971.040
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.925.671	1.862.189
Investimentos	504.994	470.122
Imobilizado	1.761.356	1.629.160
Intangível	12.392	9.568
Diferido	0	0
TOTAL DO ATIVO	6.294.053	5.702.097
PASSIVO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
PASSIVO CIRCULANTE	2.073.317	1.946.607
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	95.343	84.104
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.697.115	1.708.285
Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo	6.432	5.104
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	53	44
Transferências Fiscais a Curto Prazo	8.120	1.774
Provisões a Curto Prazo	169.752	73.454
Demais Obrigações a Curto Prazo	96.502	73.843
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.387.536	8.200.193
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo	7.943	2.954
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	5.949.420	5.230.969
Fornecedores e Contas a Pagar no Longo Prazo	587	970
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	36	68
Provisões a Longo Prazo	3.331.126	2.847.102
Demais Obrigações a Longo Prazo	98.421	118.128
Resultado Diferido	2	2
TOTAL DO PASSIVO	11.460.853	10.146.800
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Patrimônio Social e Capital Social	7.411	6.950
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	201	230
Reservas de Capital	17	17
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	1
Reservas de Lucros	0	19
Demais Reservas	398	183
Resultados Acumulados	-5.173.434	-4.450.709
(-)Ações/Cotas em Tesoraria	-1.394	-1.394
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-5.166.800	-4.444.703
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.294.053	5.702.097
Ativo Financeiro	1.943.249	1.650.378
Ativo Permanente	4.902.732	4.645.683
Passivo Financeiro	353.734	336.993
Passivo Permanente	11.800.336	10.530.673
SALDO PATRIMONIAL	-5.308.089	-4.571.605

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2021).

Em 2021, a União somou um total de R$ 6,294 trilhões em bens e diretos, ou seja, no ativo, valor 10,38% maior que o total do ativo de 2020, que somou R$ 5,702 trilhões. Desse total do ativo de 2021, 32,20% são do ativo circulante e 66,80% de ativo não circulante. No ativo circulante houve um aumento de 20,71%, que, em valores correntes, representa uma variação de R$ 358,583 bilhões, e, no ativo não circulante, o aumento de 5,88%, ou R$ 233,373 bilhões.

Analisando o ativo circulante, o disponível, que representa os bens em Caixa e Equivalente de Caixa, somou R$ 1,831 trilhão em 2021, que, comparado ao disponível de 2020, cujo resultado apresentado foi de R$ 1,546 trilhão, houve um aumento de 18,44%. O total do ativo circulante foi no valor de R$ 2,090 trilhões,

cuja comparação com 2020 que somou R$ 1,731, significa um acréscimo de 35,13%.

Por outro lado, as obrigações da União representadas pelo passivo apresentaram um aumento de 12,95%, comparando-se os R$ 10,147 trilhões de 2020 com os R$ 11,461 trilhões de 2021. Na composição do passivo no exercício de 2021, 18,09% é circulante e 81,91% é não circulante. Constatando-se que o perfil das obrigações da União é de longo prazo.

O passivo circulante de 2021 no valor de R$ 2,073 trilhões representado pelas obrigações de curto prazo, aumentou 6,51% em comparação com o exercício anterior.

As obrigações de longo prazo de 2021, evidenciadas no passivo não circulante, no valor de R$ 9,388 trilhões, aumentaram 14,48% em relação ao ano anterior, onde as obrigações somaram R$ 8,200 trilhões.

Analisando o patrimônio líquido do exercício financeiro de 2021, o valor foi negativo, na cifra de R$ 5,167 trilhões, bem maior que os R$ 4,445 trilhões, também negativo, do exercício anterior, ou seja, uma variação de 16,25%.

7.1 Análise Econômico-financeira - índices de liquidez

7.1.1 Liquidez imediata

A liquidez imediata do União, que corresponde a valores existentes no disponível para pagarem obrigações de curto prazo, equivaleu a 0,88 em 2021, significando que para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo a União tem R$ R$ 0,88 em caixa para efetuar o pagamento da obrigação. Em 2020 a liquidez imediata foi de 0,79, indicando assim uma melhora de 11,39% na sua capacidade de caixa para pagar suas obrigações de curto prazo.

7.1.2 Liquidez corrente

A liquidez corrente, bens e direito de curto prazo (ativo circulante) para financiarem as obrigações de curto prazo (passivo circulante), foi igual a 1,01 em 2021, enquanto em 2020 havia sido igual a 0,89, representando um aumento de 13,34% do índice.

7.1.3 Liquidez seca

A liquidez seca, representada pelo disponível mais créditos de curto prazo, para financiamento de obrigações de curto prazo, foi de 0,99 em 2021 e 0,88 em 2020, exibindo assim uma variação positiva de 12,50%.

7.1.4 Liquidez geral

A liquidez geral, composta pelo ativo circulante, bens e direitos de curto prazo, mais o realizável a longo prazo, para financiamento das obrigações de curto e longo prazo, foi igual a 0,35 em 2021, e de 0,35 em 2020, significando que para cada R$ 1,00 de dívida total a existe R$ 0,35 para liquidar essa dívida.

8. DÍVIDA ATIVA, DÍVIDA FUNDADA E ENDIVIDAMENTO GERAL

8.1 Dívida Ativa

A dívida ativa da União consiste numa parcela de direitos de grande relevância na estrutura do Balanço Patrimonial, integrando o grupamento de contas a receber, sendo classificada em:

a) Dívida Ativa Tributária, que trata dos direitos referentes aos tributos lançados e não arrecadados; e

b) Dívida Ativa não Tributária, também receita não arrecadada, oriunda de multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias; foros e laudêmios; preços resultantes de alienação, concessão ou permissão de uso de bens públicos; preços públicos pela prestação de serviços; e indenizações. Consiste, geralmente, numa dívida com perfil de longo prazo.

Em dezembro de 2021, o saldo total da Dívida Ativa da União, deduzida das provisões para perdas, foi de R$ 1,31 trilhão, enquanto em 2020 foi de R$ 1,21 trilhão. O prazo médio para recebimento do estoque desta dívida é de 121,43 anos em 2021, sendo de 156,94 anos em 2020.

Embora tenha ocorrido uma diminuição no prazo médio de recebimento entre os anos de 2020 e 2021, o elevado valor desse indicador reflete a morosidade existente no processo de recebimento da dívida ativa, onde tal situação pode ser classificada como um foco de ineficiência na execução da dívida ativa pela União. Para melhorar a eficiência da cobrança desses direitos, a União deve, tempestivamente, procurar alterar a legislação para otimizar a cobrança desses créditos, com prazos menores, melhorando a arrecadação, de forma que essa receita possa ser aplicada em funções públicas como educação, saúde, assistência, previdência, dentre outras, para beneficiar a sociedade.

8.2 Dívida Fundada

A dívida fundada da União, representada pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo o refinanciamento, apresentou em 2021 um saldo de R$ 7,65 trilhões. Em 2020 o saldo foi de R$ 6,94 trilhões. O prazo médio de pagamento dessa dívida é de 4,28 anos em 2021, e foi de 6,33 anos em 2020.

Analisando os prazos médios da dívida ativa e dívida fundada nos dois períodos é possível verificar uma enorme discrepância entre eles, o que indica uma falta de sincronia entre as dívidas a receber e a pagar, o que pode gerar desequilíbrio no fluxo de caixa da União.

A série histórica entre 2015 e 2021 exibida na Tabela 8.1 permite-nos verificar que há uma grande defasagem entre o prazo médio de recebimento e pagamento da dívida ativa e da dívida fundada, respectivamente.

Figura 8.1 – Prazo Médio de Recebimento da Dívida Ativa e Pagamento da Dívida Fundada (em anos)

	EM ANOS	
ANO	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA FUNDADA
2015	52,29	5,03
2016	67,29	4,74
2017	75,42	6,33
2018	106,17	6,96
2019	134,55	7,89
2020	156,94	6,33
2021	121,43	4,28
SOMA	714,09	41,55
MÉDIA	102,01	5,94

Fonte: Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2015-2021).

8.3 Endividamento Geral

O Índice de Endividamento Geral, representado pelo total das obrigações (passivo) em relação aos bens e diretos (ativo), obteve resultado percentual de 182,09% em 2021 e 177,95% em 2020. Esses valores indicam que em 2021 e 2020 a União comprometeu com obrigações a mais do seu ativo, 82,09% e 77,95%, respectivamente.

Quanto à composição do endividamento, o indicador da dívida de curto prazo em relação à dívida total foi de 18,09% em 2021 e 19,18% em 2020, demonstrando que o perfil da dívida da União é majoritariamente de longo prazo, sendo isso um indicador positivo para a gestão da dívida pública.

A capacidade da União em quitar suas obrigações, medido pelo Índice

de Solvência, mostrou que a União apresenta situação de insolvência quanto a sua capacidade de pagamento, atingindo o valor de 0,53 em 2021, contra 0,56 em 2020, vale ressaltar que é considerado o estado de solvência quando o indicador for maior ou igual a 1.

Esse indicador está fundamentado no Art. 955, da Lei 10.406/2002, Código Civil, que estabelece:

> *"Lei 10.406 de 2002*
>
> ...
>
> *Art. 955. Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor"*

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Geral da União, composto por demonstrações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, apesar de ser um relatório sintético, evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo federal.

Quanto aos fatos constatados na análise realizada, baseada nas demonstrações contábeis de 2021, verificou-se que existem evidências de ineficiência no gerenciamento do patrimônio da União. Grande parte dos indicadores econômico-financeiros calculados, através de análise das informações contidas nessas demonstrações, foram negativos.

Isso ficou evidenciado nos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial. Os efeitos da política fiscal da União nos últimos sete anos, no período de 2015 a 2021, contribuíram para o resultado anual, comprovado pela evolução do patrimônio líquido negativo da União nesses anos. A Emenda Constitucional 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal, com diretriz prioritária para o mercado financeiro, dificultando a geração de emprego e renda, reforçou a atual política fiscal da União.

O prazo médio de recebimento da dívida ativa continua muito alto. Dessa forma, para que este prazo fique em patamar aceitável, deverá ser feito um esforço concentrado no sentido de executar o recebimento financeiro, com maior brevidade, da dívida ativa da União, através da otimização da cobrança operacional e de alteração da legislação para melhorar a eficácia sua de execução.

Da análise econômico-financeira realizada ficou evidenciado que, no exercício financeiro de 2021, as Demonstrações Contábeis da União estão, em todos os aspectos relevantes, abaixo dos padrões definidos nas normas brasileiras de contabilidade estabelecidas. É preciso destacar que, de acordo com os índices calculados, o patrimônio da União, no exercício findo de 2021, está insolvente.

REFERÊNCIAS

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Balanço Geral da União (BGU)** - Anual. Disponível em: < https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-anual/2021/114>. Acesso em: 05 de abril 2022.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** 6ª edição. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp >. Acesso em: 05 de abril 2022.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 23 de março de 1964.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**: Suplemento, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

BRASIL. **Lei Complementar, nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000

APÊNDICE I

Notas metodológicas

A seguir são detalhadas as fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices apresentados no trabalho.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS DA UNIÃO								
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021								
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA								
				Em R$ milhões				
A - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO								
1 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
EO =	(PIR /	DID)			(PIR /	DID)		
EO =	4.181.004	4.161.237			3.565.520	3.565.520		
EO =		1,005				1,00		
PIR = Previsão Inicial da Receita								
DID = Dotação Inicial da Despesa								
2 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
ER =		(RR /	PAR)			(RR /	PAR)	
ER =		4.280.213	4.181.004			3.669.970	3.565.520	
ER =			1,024				1,03	
RR = Receita Realizada								
PAR = Previsão Atualizada da Receita								
3 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
ED =		(DE /	DA)		(DE /	DA)		
ED =		4.047.014	4.406.510		3.718.145	4.198.490		
ED =			0,9184			0,89		
DE = Despesa Executada (Empenhada)								
DA = Dotação Atualizada								
4 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO								
4.1 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(RR /	DE)			(RR /	(DE)		
RO =	4.280.213	4.047.014			3.669.970	3.718.145		
RO =		1,0576				0,99		
RR = Receita Realizada								
DE = Despesa Empenhada								
4.2 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(RR /	DL)			(RR /	(DL)		
RO =	4.280.213	3.926.747			3.669.970	3.599.518		
RO =		1,090				1,02		
RR = Receita Realizada								
DL = Despesa Liquidada								
5 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
EOC =	(RRC /	DEC)			(RRC /	DEC)		
EOC =	2.016.693	2.214.684			1.545.625	2.505.165		
EOC =		0,91				0,62		
RRC = Receita Realizada Corrente								
DEC = Despesa Empenhada Corrente								

B - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO								
1 - QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
ROF =	(RO -	DO) /	(DES -	DEA)	(RO -	DO) /	(DES -	DEA)
ROF =	4.280.213	4.047.014	1.831.413	1.546.339	3.669.970	3.718.145	1.546.339	1.536.606
ROF =		0,82				(4,95)		
RO = Receita Orçamentária								
DO = Despesa Orçamentária								
DES = Disponível do Exercício Seguinte								
DEA = Disponível Exercício Anterior								
2 -QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RSF =		(DES /	DEA)			(DES /	DEA)	
RSF =		1.831.413	1.546.339			1.546.339	1.536.606	
RSF =		1,18				1,01		

C - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS								
1 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RVP =	(VPA	/	VPD)		(VPA	/	VPD)	
RVP =	3.630.286		4.234.556		3.106.191		3.727.080	
RVP =		0,86				0,83		
VPA = Variações Patrimoniais Aumentativas								
VPD = Variações Patrimoniais Diminutivas								

D - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL								
1 - LIQUIDEZ IMEDIATA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LI =		(D /	PC)			(D /	PC)	
LI =		1.831.413	2.073.317			1.546.339	1.946.607	
LI =		0,88				0,79		
D = Disponível								
PC = Passivo Circulante								
2 - LIQUIDEZ CORRENTE								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LC =		(AC /	PC)			(AC /	PC)	
LC =		2.089.640	2.073.317			1.731.057	1.946.607	
LC =		1,01				0,89		
AC = Ativo Circulante								
PC = Passivo Circulante								
3 - LIQUIDEZ SECA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LS =	(D +	CCP)	PC		(D +	CCP)	PC	
LS =	1.831.413	219.968	2.073.317		1.546.339	158.139	1.946.607	
LS =		0,99				0,88		
D = Disponível								
CCP = Crédito de Curto Prazo								
PC = Passivo Circulante								
4 - LIQUIDEZ GERAL								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LG =	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)
LG =	2.089.640	1.925.671	2.073.317	9.387.536	1.731.057	1.862.189	1.946.607	8.200.193
LG =		0,3504				0,3541		
AC = Ativo Circulante								
RLP = Realizavel a Longo Prazo								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
5 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA								
5.1 - ROTAÇÃO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(AD)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =	10.356		1.208.999	1.306.145	7.427		1.122.121	1.208.999
SF =								
RO		0,0082				0,0064		
ADA = Amortização da Dívida Ativa								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
5.2 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM DIAS								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo	360	0,008234916			T	360	0,006372044	
Rotação					RO			
PMD =	43.716,29				PM	56.496,78		
5.3 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM ANOS								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo_Ano	43.716,29	360			TA	56.496,78	360	
PMA =	121,43				PMA =	156,94		

6 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA								
6.1 - ROTAÇÃO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(AD)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =	1.704.609		6.939.254	7.646.535	1.034.851	6.166.607	6.939.254	6.939.254
SF =								
RO		0,2337				0,1579		
ADF = Amortização da Dívida Fundada								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
6.2 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM DIAS								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo	360	0,2337			T	360	0,1579	
Rotação					RO			
PMD =	1.540,20				PM	2.279,61		
6.3 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM ANOS								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo_Ano	1.540,20	360			TA	2.279,61	360	
PMA =	4,28				PMA =	6,33		

7 - ENDIVIDAMENTO GERAL								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
EG =	(PC +	PNC) /	(AT	)*100	(PC +	PNC) /	(AT	)*100
EG =	2.073.317	9.387.536	6.294.053		1.946.607	8.200.193	5.702.097	
EG =		182,09				177,95		
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
AT = Ativo Total								
8 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
CE =	(PC)	/	(PC +	PNC)*100	(PC)	/	(PC +	PNC)*100
CE =	2.073.317		2.073.317	9.387.536	1.946.607	1.946.607	8.200.193	
CE =		18,09				19,18		
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
9 - ÍNDICE DE SOLVÊNCIA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
IS =	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)
IS =	2.089.640	3.971.040	2.073.317	9.387.536	1.731.057	3.971.040	1.946.607	8.200.193
IS =		0,53				0,56		

AC = Ativo Circulante							
ANC = Ativo Não Circulante							
PC = Passivo Circulante							
PNC = Passivo Não circulante							
PNC = Passivo Não circulante							
IS >= 1: Solvente							

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
SALDO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021		
TÍTULO	Em R$ milhões	Em R$ milhões
DÍVIDA ATIVA	ANO_2021	ANO_2020
TRIBUTÁRIA	2.571.229	2.429.768
NÃO TRIBUTÁRIA	95.247	95.202
SOMA	2.666.476	2.524.970
PROVISÃO_PERDAS	- 1.360.331	- 1.315.971
TOTAL	1.306.145	1.208.999
AMORTIZAÇÃO	10.356	7.427
Páginas 96_97		
TÍTULO	Em R$ milhões	Em R$ milhões
DÍVIDA ATIVA	ANO_2020	ANO_2019
TRIBUTÁRIA	2.429.768	2.318.423
NÃO TRIBUTÁRIA	95.202	95.357
SOMA	2.524.970	2.413.780
PROVISÃO_PERDAS	- 1.315.971	- 1.291.659
TOTAL	1.208.999	1.122.121
AMORTIZAÇÃO	7.427	
Páginas 107_107		
Fonte: Balanço Geral da União		

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
BALANÇO PATRIMONIAL		
PATRIMÔMIO LÍQUIDO DA UNIÃO		
	Em Milhões	
ANO	VALOR	%
2015	-1.424.527	100
2016	-2.021.487	142
2017	-2.425.406	170
2018	-2.415.805	170
2019	-2.982.051	209
2020	-4.444.703	312
2021	-5.166.800	363
Fonte: Balanço Geral da União		

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA		
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA		
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2015_2021		
	EM ANOS	
ANO	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA FUNDADA
2015	52,29	5,03
2016	67,29	4,74
2017	75,42	6,33
2018	106,17	6,96
2019	134,55	7,89
2020	156,94	6,33
2021	121,43	4,28
SOMA	714,09	41,55
MÉDIA	102,01	5,94
Fonte: Balanço Geral da União		

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021		
DESPESA EMPENHADA DO SERVIÇO DA DÍVIDA DA UNIÃO DE 2021		
dez/21	Em R$ milhões	
Juros	256.299	
Amortização	304.995	
Refinanciamento	1.405.011	
Total	1.966.305	
Serviço_Dívida	1.966.305	A
Total_Despesa	4.047.014	B
	0,49	A/B
	49	%
dez/21	Em R$ milhões	
Orçamento_2021	4.406.510	
Fonte de Dados		
Balanço Geral da União		
Exercício Financeiro de 2021		

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021		
dez/21	Em R$ milhões	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA DA UNIÃO	Valor	
Recursos não Vinculados/Ordinários (A)	84.299	
Recursos Vinculados (B)	1.496.941	
1.Recursos vinculados à Educação	12.588	
2.Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	12.451	
3.Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	59	
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	1.311	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.212	
6. Recursos da Dívida Pública	1.172.904	
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	13.636	
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF,Municípios, inclusive Fundos	4.571	
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	245.455	
10. Outros Recursos Vinculados	23.682	
11. Recursos a Classificar	73	
Total (A+B)	1.581.240	(A+B)
	0,7835	(6/B)
	0,7418	((6/(A+B))
Fonte de Dados		
Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal da União		
Exercício Financeiro de 2021		

BALANÇO GERAL DA UNIÃO		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021		
dez/21	Em R$ milhões	
DESPESA EMPENHADA DA UNIÃO	Valor	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	168.633	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	806.431	
SAÚDE	182.514	
EDUCAÇÃO	112.482	
SOMA	1.270.060	A
SERVIÇO_DÍVIDA	1.966.305	B
TOTAL	3.236.365	
B/A	1,55	
A/B	0,65	
Fonte de Dados		
Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal da União		
Exercício Financeiro de 2021		

APÊNDICE II

Glossário

• **Balanço Orçamentário Consolidado:** documento contábil que demonstra as receitas previstas e despesas fixadas, em confronto com as realizadas.

• **Balanço Financeiro Consolidado:** evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando: a receita orçamentária realizada por destinação de recurso; a despesa orçamentária executada por destinação de recurso; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; o saldo inicial e o saldo final em espécie.

• **Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

• **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros do Estado em um determinado período, identificando as fontes de entrada de caixa e equivalente a caixa, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

• **Balanço Patrimonial Consolidado:** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

PANORAMA FISCAL
Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Ofice

Ano 7, V. 51
Jun | Jul 2022

ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO CEARÁ NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2022

Deoclécio dos Santos Silva [1]
Francisco Lúcio Mendes Maia[2]
Gerson da Silva Ribeiro[3]
Helena Gabriela Jacinto Soares[4]

[1] Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.
[2] Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.
[3] Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará, Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.
[4] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Ofice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	44
2. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	45
3. RECEITAS CORRENTES	46
4. DESPESAS CORRENTES	55
5. RECEITAS DE CAPITAL	60
6. DESPESAS DE CAPITAL	63
7. RESULTADO PRIMÁRIO	68
8. RESULTADO NOMINAL E DÍVIDA PÚBLICA	69
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE I	72
APÊNDICE II	74

RESUMO

A crise sanitária causada pela COVID-19 continua atingindo diretamente a vida das pessoas em todo o planeta, independente de raça ou classe social. Por isso, conceitos individualistas e discriminatórios devem, necessariamente, ser revistos. No Brasil, o Governo Federal assumiu comportamento anticientífico, optando por politizar a questão do enfrentamento a pandemia, resultando em uma tragédia sanitária sem precedentes na história brasileira, com mais de 660 mil mortes até o momento em que esse trabalho foi escrito. Nesse contexto de crise sanitária, os eventuais impactos econômicos e fiscais esperados são de magnitude significativa, uma vez que a paralisação da economia é consequência direta do enfrentamento à onda pandêmica, e em virtude disso o esperado é que se observe uma eventual queda de receitas e expansão de despesas. Assim, é necessário que todos os resultados aqui apresentados sejam vistos sob esse prisma. Deve-se destacar ainda que, novamente, a falta de celeridade do Governo Federal na tomada de decisões como, por exemplo, nas liberações do auxílio emergencial e, sobretudo, nas negociações para aquisição de vacinas, contribui para o déficit dos resultados econômicos e fiscais no país. Outro fator relevante é o crescimento inflacionário, haja vista que a inflação acumulada no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, foi de 10,54 %. Dessa forma, é necessário que as finanças públicas sejam geridas de modo a garantir condições para o crescimento sustentado da economia, sob pena da gestão fiscal ser um entrave para o bem-estar social. Diante deste cenário, este artigo discute o resultado da execução orçamentária e os principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará no primeiro bimestre de 2022, considerando também a sua trajetória temporal. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados pelo Governo do Estado do Ceará, os dados são analisados de forma descritiva e comparada. Verificou-se que a Receita Corrente Líquida (RCL) do Ceará teve aumento real de 2,34% quando comparada com o primeiro bimestre de 2021. Por sua vez, as despesas correntes apresentaram queda real de 18,11%. Em face dos resultados apresentados, bem como do contexto político, econômico e sanitário que se apresenta, é de salutar relevância que a gestão fiscal dos entes públicos seja tratada como tema de primeira grandeza, buscando sempre a administração eficiente dos recursos e meios para superar os desafios, e manter o equilíbrio fiscal. No caso do Estado do Ceará, deve ser levado em consideração o crescimento da receita própria, e otimização de gastos, mas sempre analisando o seu custo-benefício. Isso é fundamental para a ocorrência de ganhos no bem-estar social dos cearenses.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças Públicas; Crescimento Econômico; Ajuste Fiscal; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The health crisis caused by COVID-19 continues to directly affect the lives of people across the planet, regardless of race or social class. Therefore, individualistic and discriminatory concepts must necessarily be reviewed. In Brazil, the Federal Government has taken an unscientific behavior, opting to politicize the issue of coping with the pandemic, resulting in a health tragedy unprecedented in Brazilian history, with more than 660,000 deaths by the time this work was written. In this context of the health crisis, the eventual economic and fiscal impacts expected are of significant magnitude, since the stoppage of the economy is a direct consequence of facing the pandemic wave, and as a result, it is expected that an eventual drop in revenues and expenditure expansion. Thus, it is necessary that all the results presented here are seen in this light. It should also be noted that, again, the lack of speed on the part of the Federal Government in decision-making, such as, for example, in the release of emergency aid and, above all, in negotiations for the acquisition of vaccines, contributes to the deficit of economic and fiscal results. in the country. Another relevant factor is the inflationary growth, given that the accumulated inflation in the period from March 2021 to February 2022 was 10.54%. Thus, it is necessary that public finances be managed in order to guarantee conditions for the sustained growth of the economy, otherwise fiscal management will be an obstacle to social well-being. Given this scenario, this article discusses the result of budget execution and the main indicators of fiscal management in the State of Ceará in the first two months of 2022, also considering its temporal trajectory. Through research of a predominantly quantitative nature, based on fiscal reports published by the Government of the State of Ceará, the data are analyzed in a descriptive and compared way. It was found that Ceará's Net Current Revenue (RCL) had a real increase of 2.34% when compared to the first two months of 2021. In turn, current expenses showed a real drop of 18.11%. In view of the results presented, as well as the political, economic and health context that is presented, it is of salutary importance that the fiscal management of public entities be treated as a topic of first magnitude, always seeking the efficient administration of resources and means to overcome the challenges, and maintain fiscal balance. In the case of the State of Ceará, the growth of its own revenue and optimization of expenses must be taken into account, but always analyzing its cost-benefit. This is essential for the occurrence of gains in the social well-being of Ceará.

KEYWORDS

Public Finance; Economic Growth; Fiscal Adjustment; State of Ceará.

1. INTRODUÇÃO

A crise sanitária causada pela COVID-19 continua atingindo diretamente a vida das pessoas em todo o planeta, independente de raça ou classe social. Por isso, conceitos individualistas e discriminatórios devem, necessariamente, ser revistos. No Brasil, o Governo Federal assumiu comportamento anticientífico, optando por politizar a questão do enfrentamento a pandemia, resultando em uma tragédia sanitária sem precedentes na história brasileira, com mais de 660 mil mortes até o momento em que esse trabalho foi escrito.

Nesse contexto de crise sanitária, os impactos econômicos e fiscais esperados são de magnitude significativa, uma vez que a paralisação da economia é consequência direta do enfrentamento à onda pandêmica, e em virtude disso o esperado é que se observe uma eventual queda de receitas e expansão de despesas. Outro fator relevante é o crescimento inflacionário, haja vista que a inflação acumulada no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,54 %. Importante destacar que a aceleração da inflação exerce um impacto positivo sobre a arrecadação pública. Portanto, é preciso considerar esse fator ao se analisar o desempenho da arrecadação própria do Estado. Dessa forma, é necessário que todos os resultados aqui apresentados sejam vistos sob esse prisma e pelo olhar diligente sobre o momento atual que impôs ao Poder Público muita inteligência na condução da gestão fiscal em face do enfrentamento da crise provocada pela Covid-19. O nascedouro dessa crise não é financeiro, como a de 2008. É uma crise com origens na saúde e que, de igual modo, exigiu recursos para o combate direto e para mitigar os reflexos deletérios sobre a economia real. A aprovação das legislações recentes pelo Congresso Nacional, que dispensa o atingimento de resultados fiscais, ao tempo em que dispõe a ajuda financeira aos entes regionais na busca pelo equilíbrio federativo, exigiu providências necessárias e urgentes ao enfrentamento da situação no âmbito orçamentário e financeiro dos entes federativos.

Deve-se destacar ainda que, novamente, a falta de celeridade do Governo Federal na tomada de decisões como, por exemplo, nas liberações do auxílio emergencial, com valores dignos para sobrevivência das pessoas necessitadas e, sobretudo, nas negociações para aquisição de vacinas, contribui para a piora dos resultados econômicos e fiscais.

A paralisação da economia fez com que o Brasil apresentasse uma taxa média anual de desemprego de 13,2%, a segunda mais alta desde 2012, o que significa uma média de 13,9 milhões de brasileiros sem emprego no último ano, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), computado pelo IBGE, e que representa o nível de inflação, foi de 10,06% em 2021, maior taxa acumulada desde 2016. Relacionada ao nível da inflação, a taxa de juros básica da economia (Taxa Selic) fechou 2021 em 9,25% ao ano, com viés de alta. O cenário de profunda recessão econômica descrito acima impacta consideravelmente as finanças públicas

dos estados da Federação.

Tendo em vista o contexto econômico e fiscal acima descrito, o presente trabalho tem por objetivo oferecer um resumo dos principais indicadores fiscais para o primeiro bimestre de 2022, focalizando o estado do Ceará, mas também proporcionando uma visão comparativa com os demais estados da União. Busca-se assim, trazer aos variados setores da sociedade a possibilidade de visualizar com mais clareza os dados técnicos publicados nos relatórios das finanças públicas.

Os dados aqui utilizados têm como fonte primária os relatórios fiscais disponibilizados pelos entes regionais, e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A análise dos dados é realizada de forma descritiva e comparada em relação aos períodos anteriores, salvo menção contrária todos os valores analisados serão deflacionados pelo IPCA de dezembro de 2021. Buscando, sempre que possível, observar se os resultados obtidos estão de acordo com as limitações impostas pelos dispositivos legais que balizam a tomada de decisão dos gestores públicos.

No intuito de cumprir o já citado objetivo, o presente trabalho está divido em nove seções, além desta introdução. A segunda seção analisa o resultado orçamentário do Ceará no primeiro bimestre de 2022. Na terceira seção, a análise é realizada sobre as receitas correntes, enquanto as despesas correntes são analisadas na quarta seção. As duas seções seguintes avaliam as receitas de capital e posteriormente as despesas de capital. A sétima seção é destinada à análise do resultado primário. A oitava seção faz a análise do resultado nominal e da dívida pública. E por último as considerações finais.

2. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Para iniciar a discussão acerca do comportamento das finanças públicas cearenses até no primeiro bimestre de 2022, é oportuno que se verifique o resultado orçamentário obtido no período em questão.

Destaca-se que o resultado orçamentário de um ente federativo corresponde à diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas no exercício, conforme determina a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei 4.320/1964 e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dessa forma, os valores apresentados em seguida abrangem, também, as receitas e despesas de natureza intraorçamentárias.

Pode-se ainda desmembrar o resultado orçamentário em resultado orçamentário corrente e de capital. O Orçamento corrente é composto por receitas que serão aplicadas em despesas de manutenção de serviços continuados do Estado, bem como em despesas com investimentos caso ocorra superávit corrente (resultado positivo para a diferença entre receitas correntes e despesas correntes). Por sua vez, o orçamento de capital é composto pelas receitas de capital que são aplicadas em investimentos para aquisição de novos serviços para sociedade.

A Tabela 2.1 apresenta o resultado orçamentário do Ceará no primeiro

bimestre de 2022. Consideram-se os estágios de empenho e liquidação da despesa pública.

Tabela 2.1 – Resultado Orçamentário do Ceará – 1º bimestre de 2022

(Valores correntes em R$ 1,00)

Resultado Orçamentário	1º Bimestre	
	Empenhada	Liquidada
Corrente	1.787.879.860,98	2.276.460.250,77
De Capital	-154.622.324,48	-108.881.266,30
Total	**1.633.257.536,50**	**2.167.578.984,47**

Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Verifica-se que o resultado orçamentário total foi superavitário em R$ 1,63 bilhão considerando despesas empenhadas e em R$ R$ 2,17 bilhões considerando despesas liquidadas. Considerando apenas o resultado corrente, R$ 1,79 bilhão no estágio do empenho e R$ 2,28 bilhões na fase de liquidação. Por sua vez, o resultado de capital foi deficitário em R$ 154,62 milhões (empenho) e R$ 108,88 milhões (liquidação).

3. RECEITAS CORRENTES

A Lei Federal nº 4.320/1964, em seu artigo 11 classifica as Receitas Orçamentárias em categorias econômicas que são: Receitas Correntes e Receitas de Capital. O parágrafo 1º classifica as Receitas Correntes em: receita tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

As Receitas Correntes aumentam o patrimônio público e a disponibilidade financeira do ente federativo, porque a receita orçamentária obedece ao regime contábil de caixa, conforme determina o Art. 35 da Lei 4.320/1964.

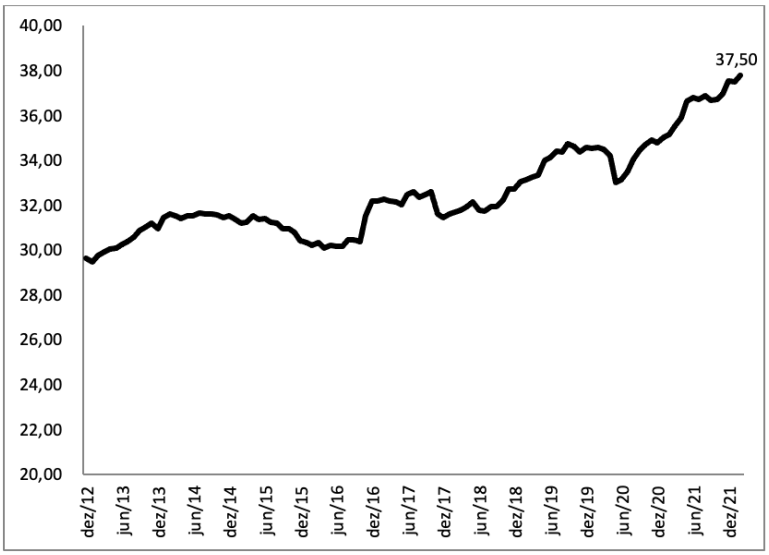
A análise da execução da Receita Orçamentária do Estado do Ceará com referência ao primeiro bimestre de 2022 comparando com o primeiro bimestre de 2021, leva em consideração os dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial da Inflação Brasileira instituído pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Como visto no início do tópico, as Receitas Correntes resultam do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, outras receitas correntes e, ainda, as transferências correntes, provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender às despesas classificáveis em despesas correntes. Havendo superávit, esses recursos poderão ser aplicados em despesas de capital para geração de novos serviços, através de investimentos. Importante a compreensão deste conceito, para que se tenha um entendimento amplo acerca dos resultados expostos neste artigo.

No gráfico abaixo, é exibido o comportamento do valor real da Receita Corrente (RC) no período mencionado com base nos dados retirados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico 3.1 – Receita Corrente acumulada em 12 meses - Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012 até Janeiro e Fevereiro de 2022.

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



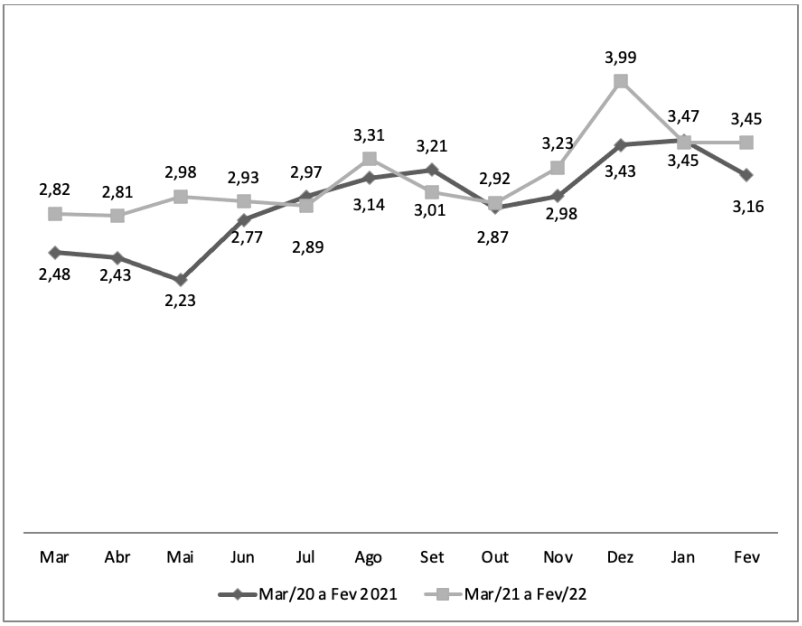
Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Analisando o Gráfico 3.1 pode-se concluir que os valores reais da Receita Corrente do estado do Ceará apresentaram um crescimento regular ao longo do tempo, não havendo assimetria significativa no intervalo de análise. É possível observar que o período compreendido em Março de 2021 a Fevereiro de 2022 apresentou o maior valor de Receita Corrente Acumulada dentro do período de análise, correspondente a R$ 37,90 bilhões, o que pode atestar a retomada da economia, uma vez que os anos anteriores foram marcados por desafios e incertezas econômicas em razão da pandemia da Covid-19.

Comparativamente, no acumulado de doze meses no período de Março de 2020 a Fevereiro de 2021, o valor real da Receita Corrente foi de R$ 35,16 bilhões. Objetivamente, o espaço amostral de tempo é o mesmo, mas a diferença monetária comparativa entre Março de 2021 a Fevereiro de 2022 e Março de 2020 a Fevereiro de 2021 incorpora o valor de R$ 2,62 bilhões.

Gráfico 3.2 - Receitas Correntes no mês - Março de 2020 a Fevereiro de 2021 vs Março de 2021 a Fevereiro de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Com a leitura do tópico anterior, entendemos que as Receitas Correntes de Março de 2021 a Fevereiro de 2022 apresentaram um aumento comparativo com o período que o antecede. Com a visualização do Gráfico 3.2, é possível compreender o cenário de expansão da Receita Corrente neste período, uma vez que entendemos que o mês de fevereiro de 2022 apresentou uma RC de R$ 3,45 bilhões, já o mês de fevereiro de 2021 R$ 3,16 bilhões, ou seja, uma diferença real de R$ 0,29 bilhão no mês.

Essa diferença real no mês repetiu-se em Março, Abril, Maio, Junho, Agosto, Outubro, Novembro e Dezembro de 2021, confirmando que no período de 12 meses (Março de 2021 a Fevereiro de 2022) houve um avanço financeiro na Receita Corrente do estado do Ceará. Pode-se afirmar que o crescimento da Receita Corrente, no período analisado graficamente, deve-se ao fato de que as políticas de retomada da economia aplicadas no período subjacente foram bem sucedidas, além da superação do cenário pandêmico a nível nacional e estadual.

3.1 Receitas Correntes no Bimestre

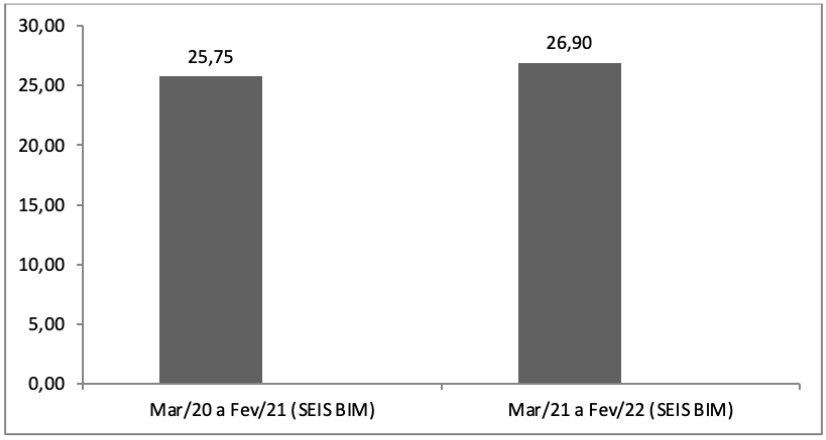
Acerca das Receitas Correntes entre o 1º bimestre de 2021 e o 1º bimestre de 2022. A análise bimestral indica que comparativamente, o 1º bimestre de 2022 apresentou valor superior em sua Receita Corrente em relação ao 1º bimestre de 2021. Afirmativamente, a RC do 1º bimestre de 2022 correspondeu ao valor de R$ 6,90 bilhões, já no 1º bimestre de 2021, o valor foi expresso em R$ 6,63 bilhões, o que indica uma variação de 4,01%.

Entende-se por Receita Corrente Líquida (RCL), um indicador financeiro obtido por meio do cálculo da Receita Corrente da União, dos estados e dos municípios, tais como contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais.

No gráfico abaixo, é apresentado o comportamento da Receita Corrente Líquida do estado do Ceará no período citado.

Gráfico 3.3 – Receita Corrente Líquida acumulada em dose meses – Março de 2020 a Fevereiro de 2021 vs Março de 2021 a Fevereiro de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)

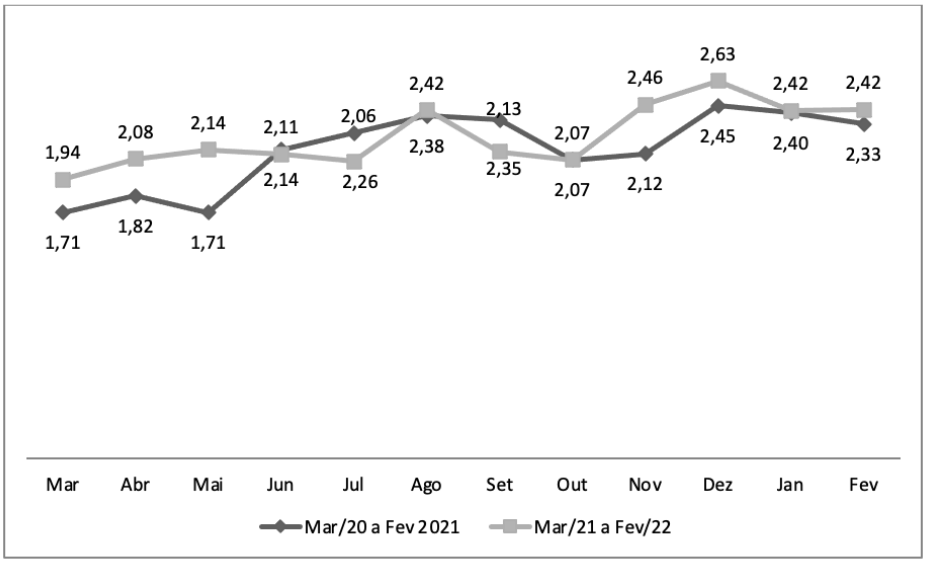


Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No período compreendido entre Março de 2020 a Fevereiro de 2021 tinha-se o valor acumulado de R$ 25,75 bilhões. Entre Março de 2021 a Fevereiro de 2022, no mesmo espaço de tempo, tem-se um acumulado de R$ 26,90 bilhões. Dessa forma, calcula-se uma diferença comparativa de R$ 1,15 bilhão da RCL no período supracitado. Com isso, totalizou-se um aumento real da RCL neste período em 4,46%.

Gráfico 3.4 – Receita Corrente Líquida no mês – Março de 2020 a Fevereiro de 2021 vs Março de 2021 a Fevereiro de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



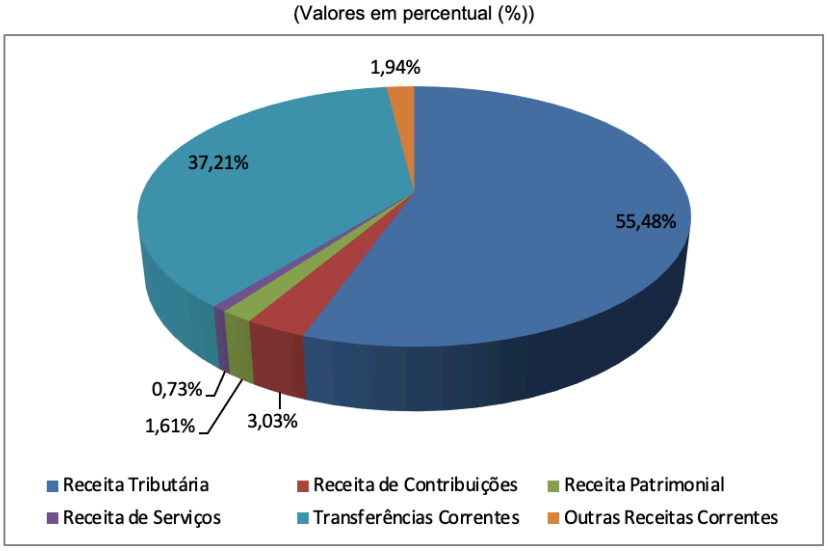
Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Analisando o Gráfico 3.4, pode-se compreender que entre os meses de Março de 2020 a Fevereiro de 2021 e Março de 2021 a Fevereiro de 2022 houve um crescimento contínuo da Receita Corrente Líquida do estado do Ceará, excetuando-se, somente os meses de junho, julho e setembro de 2021.

No primeiro bimestre de 2022, a RCL correspondia ao valor de R$ 4,84 bilhões, enquanto no primeiro bimestre de 2021, a RCL foi expressa em 4,73 bilhões, indicando que, assim como aconteceu com as Receitas Correntes, entre o 1º bimestre de 2021 e o 1º bimestre de 2022, a análise bimestral da Receita Corrente Líquida entre o mesmo espaço amostral de tempo, houve um aumento no valor da RCL do estado do Ceará, configurando assim, em uma variação de 2,34%.

Como designado no início do tópico, as Receitas Correntes são compostas em categorias de acordo com a origem. No gráfico abaixo, pode-se ter conhecimento acerca da composição das Receitas Correntes no período analisado.

Gráfico 3.5 - Composição das Receitas Correntes – Março de 2021 a Fevereiro de 2022



Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

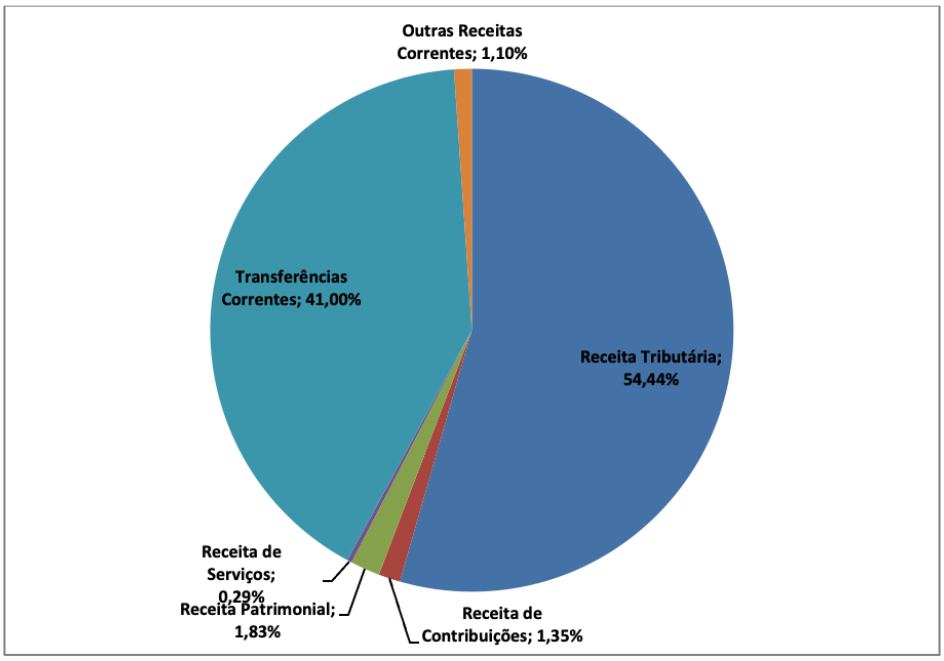
Analisando o Gráfico 3.5, pode-se concluir que as Receitas Tributárias (RT), compreendidas pelos tributos de competência estadual, mais especificamente, Impostos e Taxas, configura o maior contingente das Receitas Correntes, sendo responsável por 55,48% do total contabilizado, o que é, de fato, uma parcela significativa, uma vez que fica à frente da sua sucessora em 18,27 pontos percentuais.

Sucedendo as RT, têm-se as Transferências Correntes (TC), compreendidas em Transferências Constitucionais da União e as demais transferências correntes, que representam 37,21% das Receitas Correntes, sendo também uma parcela considerável do totalizado.

Conjuntamente, as Receitas Tributárias (RT) e as Transferências Correntes (TC) somam 92,69% do total das Receitas Correntes, representando as maiores receitas do governo estadual, o que confirma a relevância desses recursos financeiros para o Estado do Ceará, bem como para o seu equilíbrio orçamentário e o seu crescimento econômico. Sucessivamente, têm-se as Receitas de Contribuições, as outras Receitas Correntes, as Receitas Patrimoniais e as Receitas de Serviços.

Gráfico 3.6 – Desempenho das Receitas Correntes durante o 1º bimestre de 2022 – Janeiro e Fevereiro

(Valores em percentual (%))



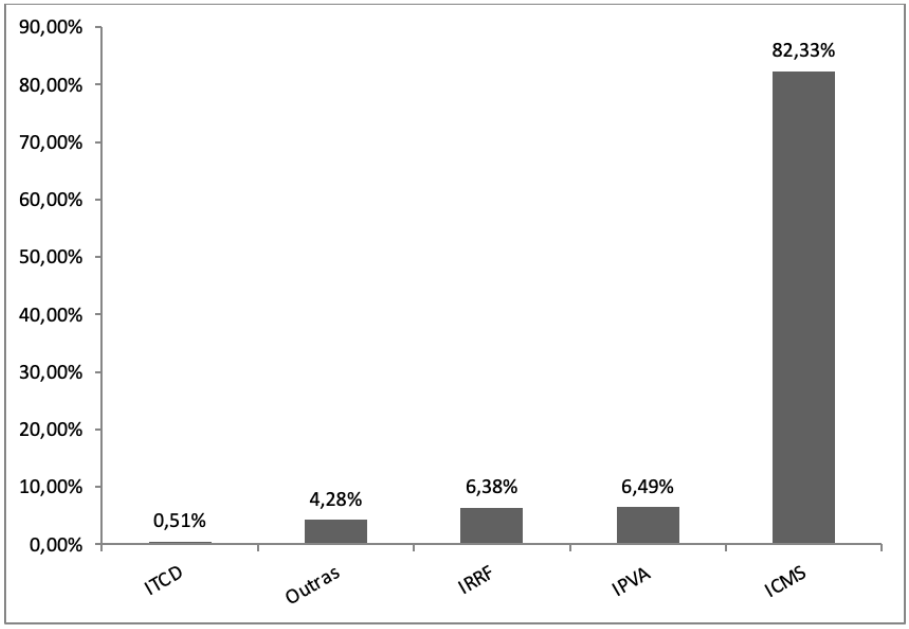
Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Levando-se em consideração que a Política Fiscal garante o controle e a administração das contas públicas por meio da política tributária e de gastos, os economistas clássicos consideravam que os Gastos do Governo e a Política Fiscal diminuem as despesas de um ente federado. Sendo assim, a arrecadação da receita tributária é um elemento financeiro primordial para a realização das atividades de um governo, configurando-se, dessa forma, na principal fonte de recursos públicos nacionais.

Desse modo, explica-se o percentual observado das Receitas Tributárias do estado do Ceará no primeiro bimestre de 2022, correspondente a 54,44% do total das Receitas Correntes, sendo sucedida pelas Transferências Correntes que representam 41,00% das receitas. Sendo assim, as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes representam as principais Receitas Correntes no período mencionado, revelando assim, a significância desses símbolos financeiros.

Gráfico 3.7 - Receita dos principais tributos em 12 meses - Março de 2021 a Fevereiro de 2022

(Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Os estudos acerca da Economia e da Política Fiscal brasileira nos elucidam que as receitas derivadas de um ente governamental provêm de tributos que incidem sobre diferentes fatos econômicos, tais como a produção e a circulação de mercadorias, a geração de rendas, a transferência de propriedades, de operações financeiras, de prestações de serviços, entre outras.

Sobre as Receitas Tributárias em Março de 2021 a Fevereiro de 2022, analisando o Gráfico 3.7 é possível afirmar que o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS), instituído pela Lei Estadual 12.670 de 21/12/1996, que trata o inciso II do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, consiste no principal tributo do estado, sendo responsável por 82,33% da arrecadação tributária do Ceará, monetariamente correspondente ao valor de 16,49 bilhões, o que evidencia a sua importância para o controle fiscal do estado.

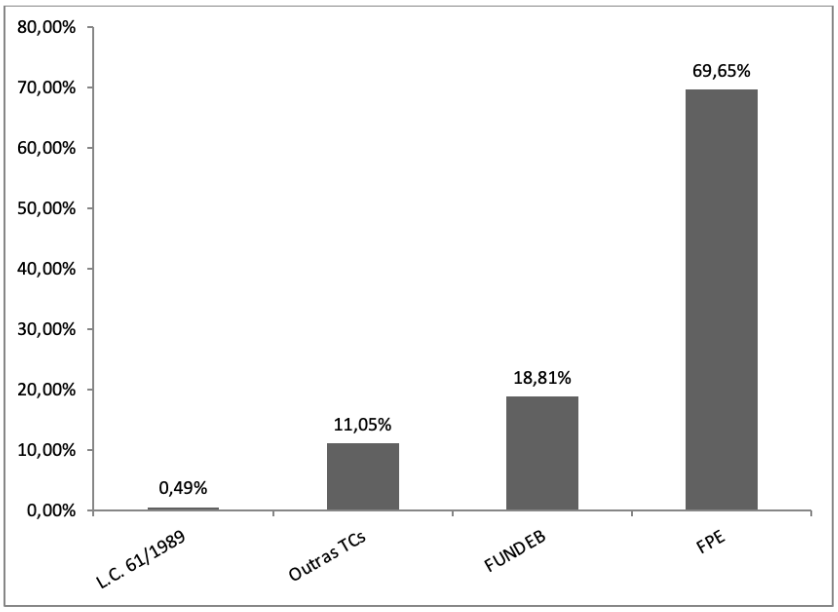
Sucessivamente, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assegurado pela Lei Estadual nº 12.023, DE 20/11/1992, é o segundo imposto mais cobrado no Estado, correspondendo a 6,49%. Em seguida tem-se o Imposto de Renda Retida da Fonte (IRRF) com 6,38%, Outras Receitas Tributárias com 4,28% e o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) com 0,51%.

É importante pontuar que entre o primeiro bimestre de 2021 e entre o primeiro bimestre de 2022, as Receitas Tributárias apresentaram valores equivalentes a R$ 3,71

bilhões e R$ 3,76 bilhões, respectivamente. Implicando assim, em uma variação de 1,39%.

Gráfico 3.8 - Receita das principais Transferências Correntes em 12 meses - Março de 2021 a Fevereiro de 2022

(Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

A priori, o Gráfico 3.8 permite a interpretação de que as Transferências Correntes do estado do Ceará são constituídas, principalmente, pela Transferência do Fundo de Participação dos Estados (FPE), sendo responsável por 69,65% do total das TC do estado, sendo significativamente superior às demais transferências.

Em seguida, pela Transferência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que representa 18,81% das TC do estado. Sucessivamente, têm-se as Outras Transferências Correntes e as Transferências do LC 61/1989, que ditam sobre o produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, com valores correspondentes a 11,05% e 0,49%, respectivamente.

As comparações entre as Transferências Correntes entre o primeiro bimestre de 2021 e o primeiro bimestre de 2022 permitiram-nos a visualização de um cenário de expansão, haja vista que no primeiro bimestre de 2021 tinha-se um quantitativo de R$ 2,60 bilhões em Transferências Correntes, enquanto no primeiro bimestre de 2022, correspondia a R$ 2,83 bilhões, ou seja, uma variação positiva de 8,89% em TC's.

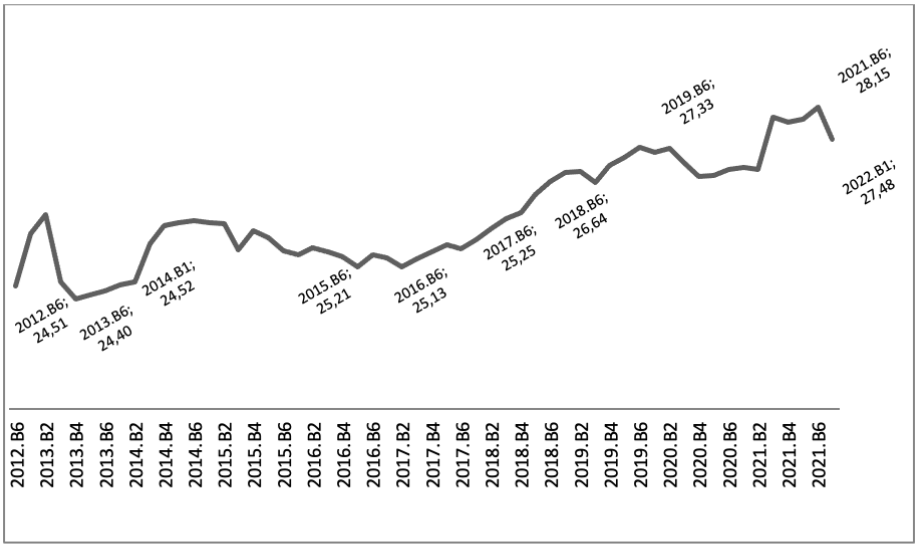
4. DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes cumprem o papel importante nas obrigações do Estado, pois asseguram o funcionamento das suas atividades operacionais. Dentre essas despesas constam as com pessoal e encargos sociais, os juros e encargos da dívida e outras despesas correntes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCAPS) – 8ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional, entende-se por Despesas Correntes" Todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital", tais como Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Transferências a Municípios e Demais Despesas Correntes. Em seguida, apresenta-se o gráfico da série histórica com o corte de janeiro de 2012 a fevereiro de 2022. O primeiro valor se refere ao acumulado nos seis bimestres de 2012, o próximo é o acumulado do segundo bimestre de 2012 ao primeiro de 2013, e assim por diante até chegar ao primeiro bimestre de 2022.

Gráfico 4.1 – Despesas Correntes acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 até o 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

Em complemento às informações contidas no início do tópico, em Macroeconomia as Despesas Correntes correspondem aos gastos do Governo, de forma a serem considerados elementos adicionais na demanda da economia. Então, consideram-se Despesas Correntes como gastos com vencimento e encargos de dívidas, juros da dívida, compra de matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros,

manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio) e transferência a entes públicos (para gastos de custeio).

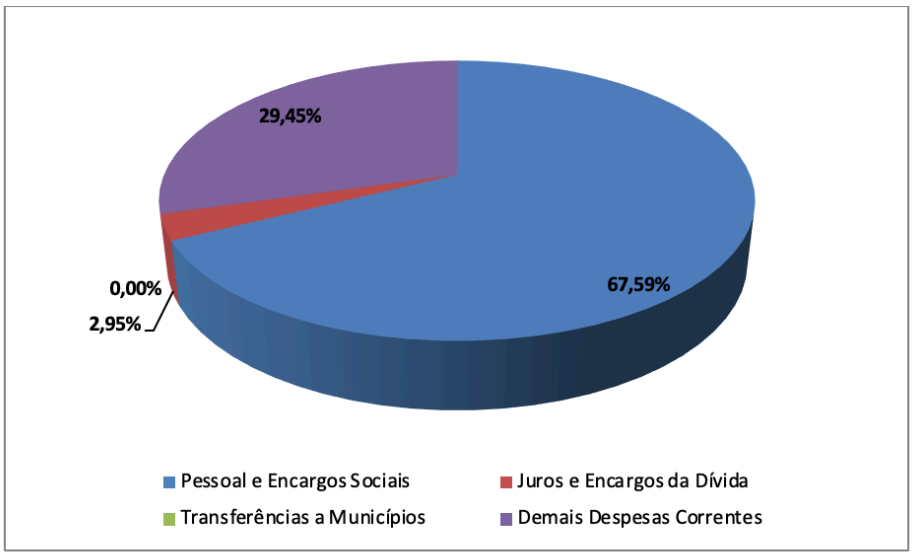
Sendo assim, analisando o Gráfico 4.1 é possível inferir que, em média, há um aumento regular das despesas correntes do estado do Ceará, ou seja, um aumento real pode ser observado ao longo dos anos contidos na série histórica em questão. No ano de 2021, o Estado do Ceará empenhou R$ 28,15 bilhões, valor graficamente expresso, sendo o maior diante de todo o período de análise. No acumulado de todo o período, incluindo o primeiro bimestre de 2022, foram empenhados R$ 27,48 bilhões.

No 1º bimestre de 2021 tinha-se um montante de R$ 3,69 bilhões em DC, enquanto no 1º bimestre de 2022, tem-se o valor de R$ 3,02 bilhões, configurando uma variação negativa de 18,11%. De fato, indica-se a diminuição do custeio estadual.

Em uma segunda análise, o gráfico seguinte apresentará detalhes da composição e da distribuição das despesas correntes no período relativo ao 1º bimestre de 2022. Como supracitado anteriormente, as despesas com pessoal, juros e encargos da dívida, as transferências aos municípios e outros encargos que não englobam as despesas com pessoal são os componentes dessa rubrica. Então, o que se segue é a participação dos gastos entre essas quatro categorias.

Gráfico 4.2 – Composição das Despesas Correntes – 1º bimestre de 2022

(Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

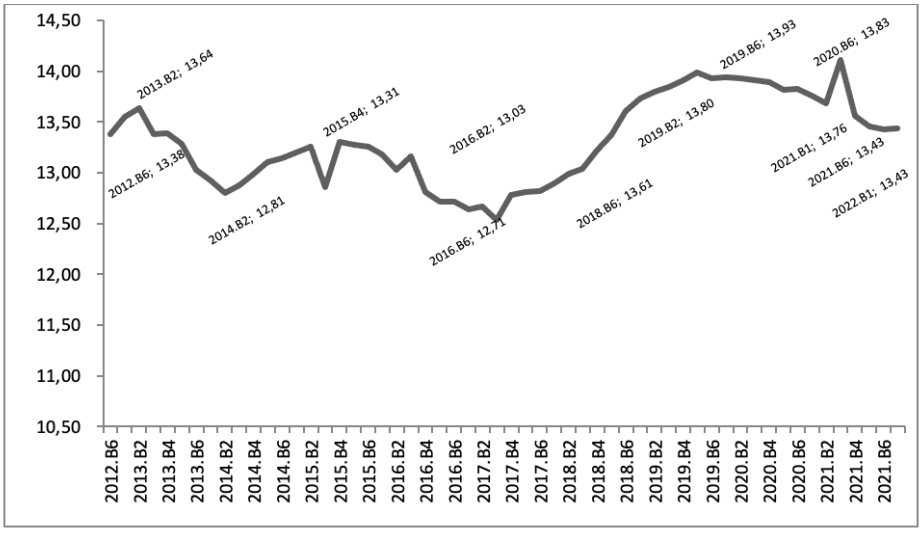
É possível compreender que a Despesa com Pessoal contempla a maior parte das Despesas Correntes do estado do Ceará com 67,59%, porque representa a despesa com servidores para prestação de serviços públicos à sociedade, como educação, saúde, assistência, segurança, saneamento, dentre outros. Sucessivamente, as Demais Despesas Correntes são responsáveis por 29,45% da composição da DC. Em seguida,

têm-se os menores componentes das Despesas Correntes do estado do Ceará, sendo os Juros e Encargos da dívida com 2,95% e as Transferências aos Municípios com valor nulo, porque são transferências constitucionais e legais, sendo deduzidas das receitas correntes.

O Gráfico 4.3 apresenta o resultado da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais ao longo dos anos, analisando bimestralmente o acumulado do período. Foram analisados, primeiramente, os seis bimestres de 2012, seguindo para o próximo período de seis bimestres, que é o acumulado do segundo bimestre de 2012 ao primeiro de 2013, e assim por diante até chegar ao primeiro bimestre de 2022.

Gráfico 4.3 – Pessoal e Encargos Sociais acumulados em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 até o 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



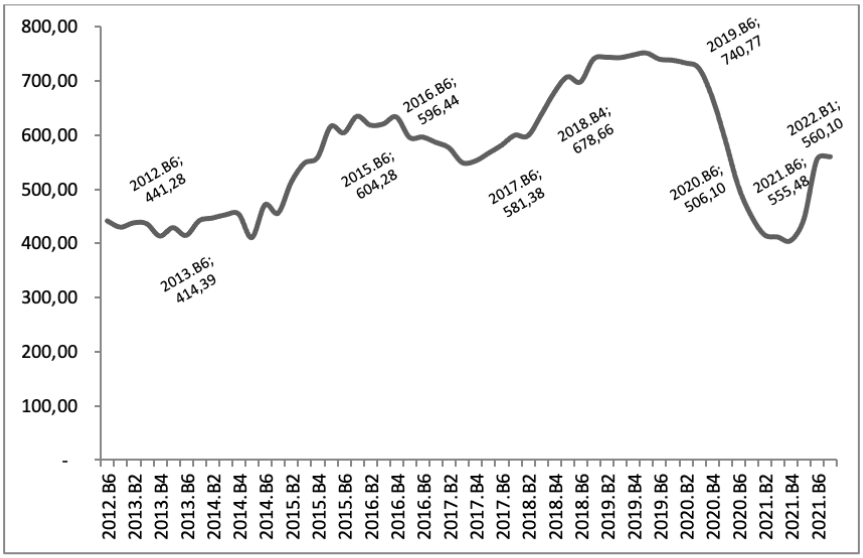
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

Nos seis bimestres de 2021, o estado do Ceará empenhou R$ 13,43 bilhões em despesas com pessoal, o que representou uma queda de R$ 0,40 bilhão em comparação com o sexto bimestre de 2020.

Analisando os valores com Pessoal e Encargos Sociais do primeiro bimestre de 2021 com o acumulado no primeiro bimestre de 2022, observa-se que houve uma proximidade vultosa, uma vez que foram expressos em R$ 13,76 bilhões no primeiro bimestre de 2021, sendo graficamente representados, e R$ 13,43 bilhões no acumulado do primeiro bimestre de 2022.

Gráfico 4.4 – Juros e Encargos Sociais acumulados em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 até 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ milhões, atualizados pelo IPCA fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

Durante os seis bimestres de 2021, o montante empenhado com juros encargos da dívida chegou a R$ 560,10 milhões, valor superior ao valor de R$ 555,48 milhões do acumulado no ano anterior. Através da análise da série histórica, é possível observar que no sexto bimestre de 2020 houve uma diminuição considerável com Juros e Encargos da Dívida em relação aos demais períodos, o que influencia no acumulado dos demais bimestres.

Analisando o intervalo de tempo de seis bimestres, partindo do segundo bimestre de 2020 ao primeiro bimestre de 2021, assim como o segundo bimestre de 2021 ao primeiro bimestre de 2022, têm-se que houve uma variação de 24,33%, uma vez que as despesas com Juros e Encargos da Dívida foram de R$ 450,49 milhões e de R$ 460,09 milhões, respectivamente.

Para possibilitar a compreensão acerca da expansão dos gastos com Juros e Encargos da Dívida (JE) entre o primeiro bimestre de 2021 e o primeiro bimestre de 2022, tem-se que no primeiro bimestre de 2021, tinha-se um montante de 84,66 milhões com JE, já no primeiro bimestre de 2022 esse valor correspondeu a 89,28 milhões, configurando em uma variação de 5,46%.

4.2 Síntese das Receitas e Despesas Correntes

E para encerrar esta seção, este último subtópico traz a síntese de receitas e despesas correntes através das tabelas abaixo.

Tabela 4.1 – Síntese das Receitas e Despesas Correntes – 1º bimestre de 2021 vs. 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)

Item	Primeiro Bimestre		
	1º bimestre de 2021	1º bimestre de 2022	Δ%
Receita Corrente	6,635	6,901	4,01%
RCL	4,731	4,841	2,34%
Receita Tributária	3,707	3,759	1,39%
ICMS	2,844	2,839	-0,16%
Transferências Correntes	2,597	2,828	8,89%
FPE	1,902	2,129	11,92%
Despesa Corrente	3,694	3,025	-18,11%
Pessoal e Encargos	2,040	2,044	0,22%
Juros e Encargos	0,085	0,089	5,46%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

Tabela 4.2 – Síntese das Receitas e Despesas Correntes – Acumulada em doze meses

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)

Descrição	Acumulado em doze meses		
	Março de 2020 a Fevereiro de 2021	Março de 2020 a Fevereiro de 2021	Δ%
Receita Corrente	35,161	37,786	7,46%
RCL	25,752	26,900	4,46%
Receita Tributária	18,906	20,969	10,91%
ICMS	15,409	17,267	12,05%
Transferências Correntes	13,713	14,056	2,50%
FPE	7,946	9,783	23,11%
Despesa Corrente	26,917	27,485	2,11%
Pessoal e Encargos	13,756	13,434	-2,34%
Juros e Encargos	0,450	0,560	24,33%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE

Importante destacar que os dados apresentados nas Tabelas 4.1 e 4.2 devem ser analisados a luz da alta inflação observada no Brasil atualmente, tendo em vista que a aceleração da inflação exerce um impacto positivo sobre a arrecadação pública.

Portanto, é preciso considerar esse fator ao se analisar o desempenho da arrecadação própria do Estado.

5. RECEITAS DE CAPITAL

A Lei 4.320/1964 em seu artigo 11, § 2º, estabelece:

> *"Art. 11.*
> ....
> *§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente."*

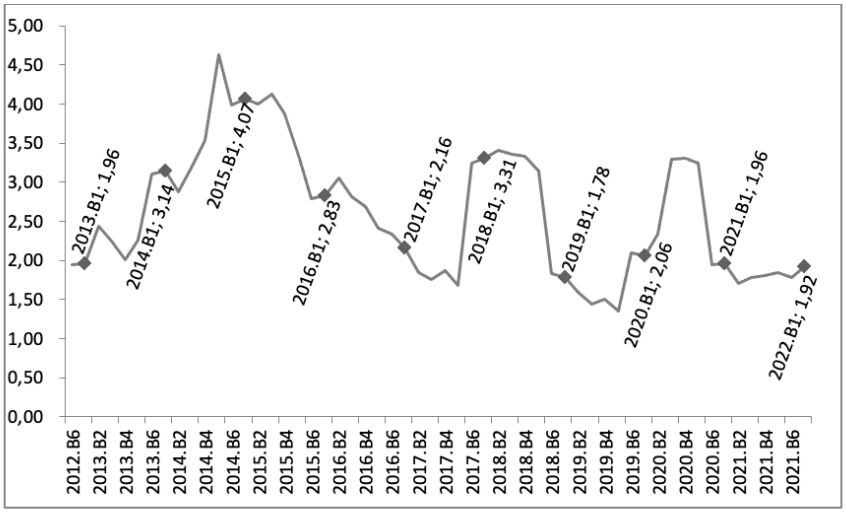
Deste modo, o resultado para o Estado do Ceará no primeiro bimestre de 2022 das receitas de capital foi de R$ 166,89 milhões, um número extraordinariamente grande se comparado às receitas no mesmo período do ano anterior, quando o Estado obteve R$ 30,45 milhões. Essa variação representa um aumento real de 448,01% nas receitas de capital.

A comparação do acumulado em seis bimestres (2º bimestre de 2020 até o 1º bimestre de 2021 x 2º bimestre de 2021 até o 1º bimestre de 2022), apresenta uma variação negativa de 2,18% entre os períodos. Tal resultado decorre de uma arrecadação de R$ 1,92 bilhão nos últimos doze meses contra R$ 1,96 bilhão no período imediatamente anterior.

A seguir, observa-se o Gráfico 5.1 que exibe a série histórica do acumulado em seis bimestres a partir do ano de 2012 e chegando ao total acumulado dos últimos seis bimestres, que vem do segundo bimestre de 2021 ao primeiro bimestre de 2022.

Gráfico 5.1 – Receitas de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

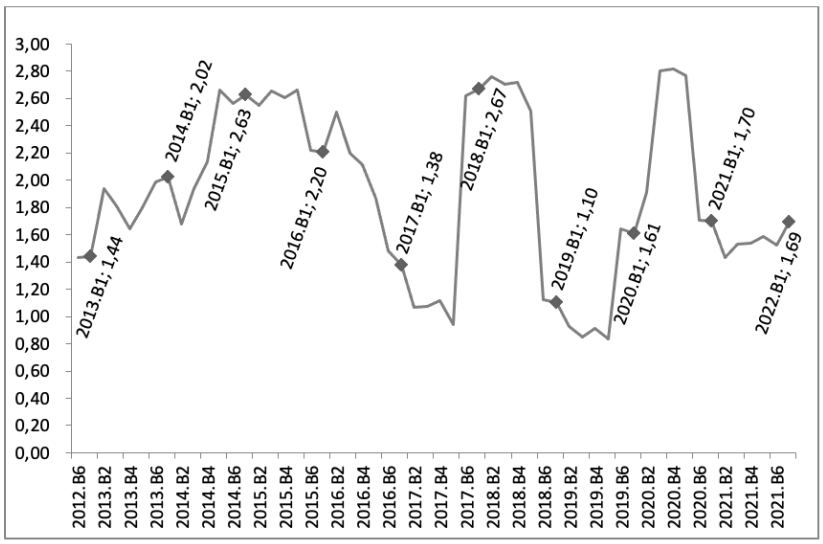
Entre as subcategorias econômicas das Receitas de Capital, destacam-se as Operações de Crédito, as quais no primeiro bimestre de 2022 apresentaram um comportamento fora do esperado para os primeiros dois meses do ano, se comparados aos meses de janeiro e fevereiro dos anos anteriores. A soma das operações de crédito no período observado foi de R$ 165,54 milhões, uma variação de mais de 7,5 mil por cento em relação ao mesmo bimestre no ano anterior.

Já no acumulado em seis bimestres, que corresponde ao intervalo de março de 2021 a fevereiro de 2022, a soma chegou a R$ 1,69 bilhão, demonstrando uma pequena queda de 0,61% em relação aos mesmos meses do período entre 2020 e 2021.

Para melhor visualização do desempenho do Estado, os gráficos a seguir trazem o histórico das operações de crédito no mesmo esquema do Gráfico 5.1 e o outro faz paralelo dos últimos doze bimestres.

Gráfico 5.2 – Operações de Crédito acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

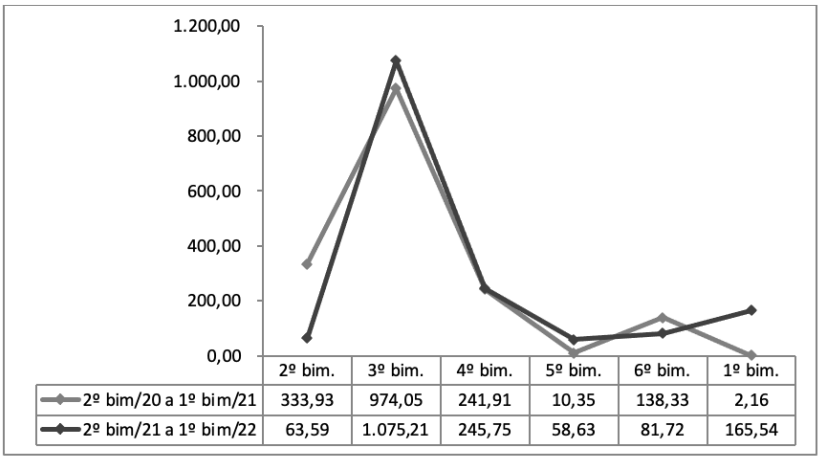
(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Gráfico 5.3 – Operações de Crédito – 2º bimestre de 2020 ao 1º bimestre de 2021 vs. 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ milhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



	2º bim.	3º bim.	4º bim.	5º bim.	6º bim.	1º bim.
2º bim/20 a 1º bim/21	333,93	974,05	241,91	10,35	138,33	2,16
2º bim/21 a 1º bim/22	63,59	1.075,21	245,75	58,63	81,72	165,54

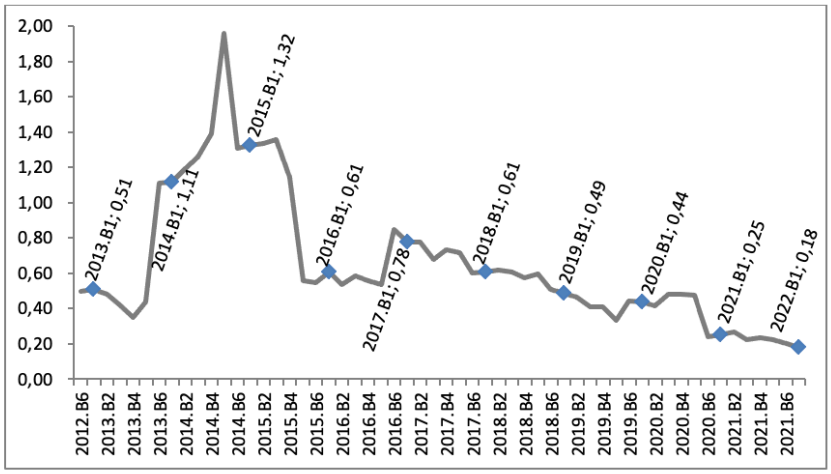
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Outra subcategoria econômica das Receitas de Capital são as Transferências de Capital, as quais apresentaram, no primeiro bimestre de 2022 o menor resultado dentro do histórico de dez anos estudados pelo Observatório das Finanças Públicas do Ceará (OFICE). Para os meses de janeiro e fevereiro deste ano, essa subcategoria somou R$ 1,34 milhão, 94,20% a menos que o mesmo bimestre de 2021. E no acumulado em seis bimestres, a soma foi de R$ 182,64 milhões, 27,47% a menos que do acumulado nos seis bimestres anteriores.

A seguir, o Gráfico 5.4 traz a série histórica do acumulado em seis bimestres desde 2012 a 2022, seguindo a mesma dinâmica dos gráficos 5.1 e 5.2.

Gráfico 5.4 – Transferências de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

6. DESPESAS DE CAPITAL

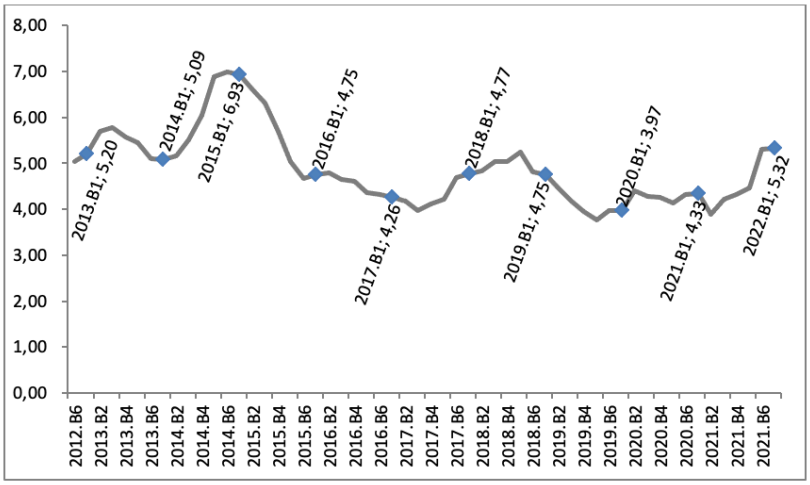
As Despesas de Capital são atendidas pelas Receitas de Capital, conforme está no Decreto-Lei nº 1.939/1982, esta categoria econômica é composta por três grupos de despesas, as quais serão abordadas mais a frente nesta seção.

O resultado das despesas de capital do estado do Ceará no primeiro bimestre de 2022 foi de R$ 320,45 milhões, valor que em termos reais representou um aumento de 7,01% em relação ao mesmo bimestre de 2021. No acumulado em seis bimestres, essa categoria econômica somou R$ 5,32 bilhões, 22,84% a mais que o acumulado nos seis bimestres anteriores, que correspondem ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021.

O Gráfico 6.1 traz a série histórica do acumulado em seis bimestres a partir do ano de 2012.

Gráfico 6.1 – Despesas de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



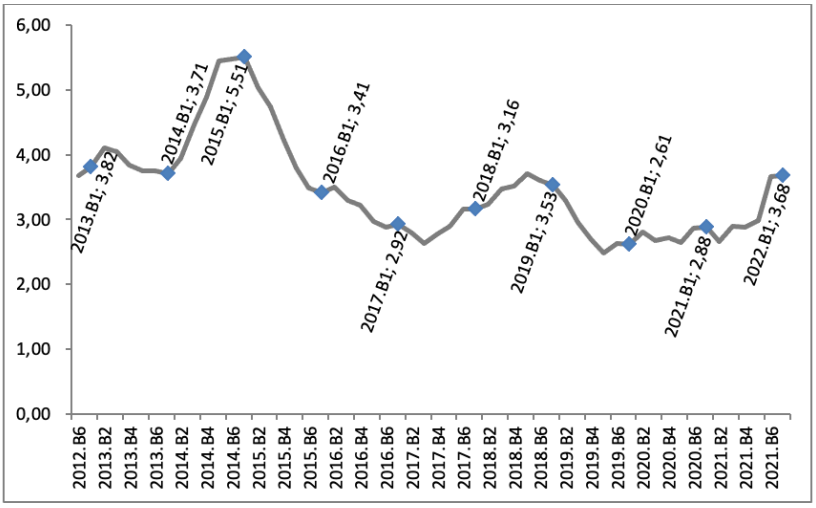
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

O grupo mais importante das despesas de capital são os Investimentos, cujo resultado no primeiro bimestre de 2022 foi de R$ 92,93 milhões e o acumulado nos últimos seis bimestres chegou a R$ 3,68 bilhões, que representaram os respectivos aumentos de 31,76% e 28,14% em comparação com o mesmo período do ano de 2021 e dos seis bimestres anteriores.

Adiante tem-se o gráfico da série histórica que segue a mesma forma de apresentação do Gráfico 6.1 e logo depois tem-se o Gráfico 6.3 com a comparação do período descrito anteriormente com os últimos dozes bimestres.

Gráfico 6.2 – Investimentos acumulados em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

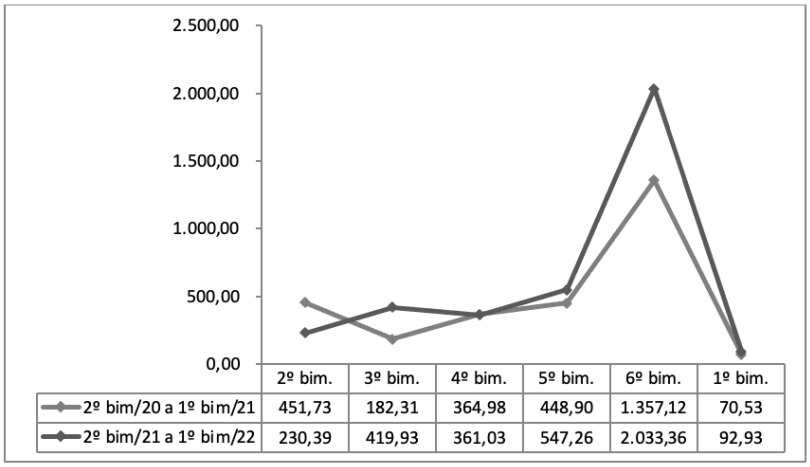
(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Gráfico 6.3 – Investimentos – 2º bimestre de 2020 ao 1º bimestre de 2021 vs. 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ milhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



	2º bim.	3º bim.	4º bim.	5º bim.	6º bim.	1º bim.
2º bim/20 a 1º bim/21	451,73	182,31	364,98	448,90	1.357,12	70,53
2º bim/21 a 1º bim/22	230,39	419,93	361,03	547,26	2.033,36	92,93

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

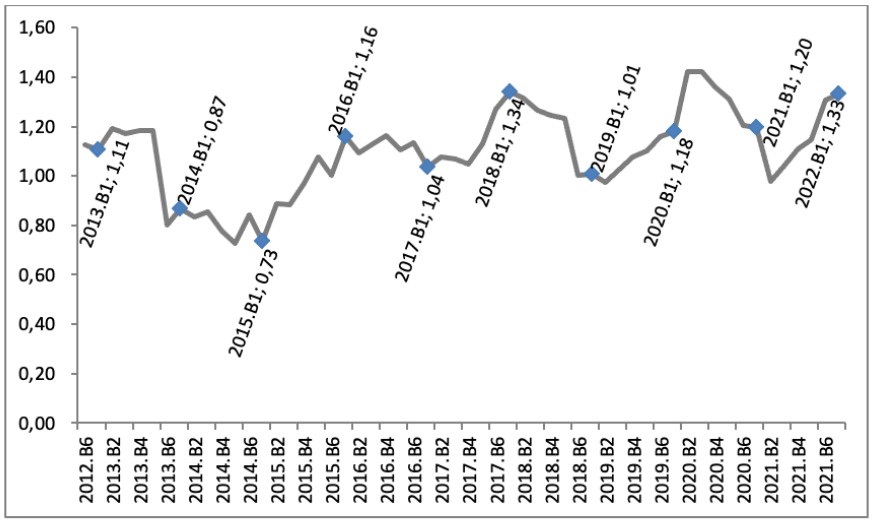
Outro grupo de grande importância dentro das despesas de capital é a Amortização da Dívida, que nos dois primeiros meses de 2022 somou R$ 225,73 milhões, 13,04% a mais do que nos mesmos meses do ano de 2021. Para o acumulado do período

de março de 2021 a fevereiro de 2022, últimos seis bimestres, o estado do Ceará amortizou R$ 1,33 bilhão, 11,20% a mais que o valor real amortizado de março de 2020 a fevereiro de 2021.

No gráfico seguinte, observa-se o histórico das amortizações ao logo dos anos a partir do acumulado de seis em seis bimestres começando de 2012, como nos gráficos 6.1 e 6.2.

Gráfico 6.4 – Amortização da Dívida acumulada em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

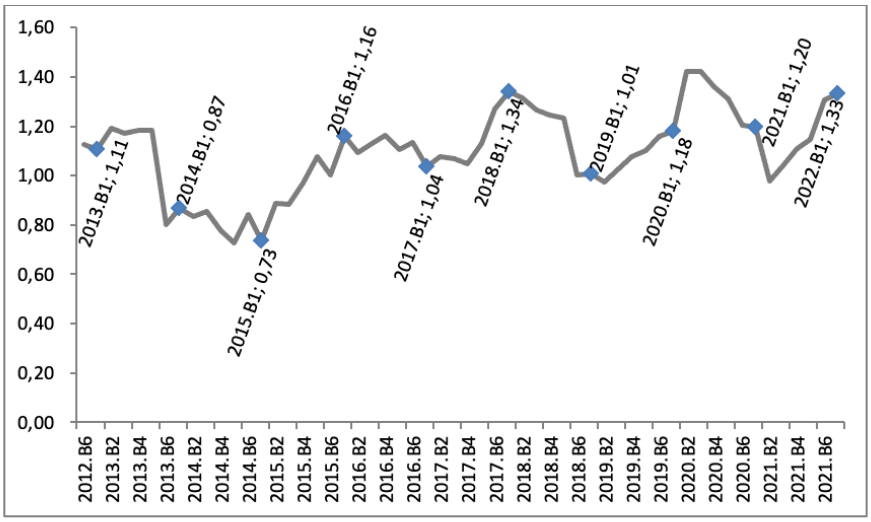
Por fim, no último grupo de despesas de capital estão as Inversões Financeiras. Elas compõem uma parcela pouco expressiva da categoria econômica a qual faz parte, mas ainda assim é importante realizar a análise dos seus resultados para o estado.

No primeiro bimestre de 2022, foi invertido R$ 1,78 milhão, uma cifra bem abaixo do que foi realizado no mesmo bimestre do ano anterior. Em valores reais de fevereiro de 2022, foram 93,89% a menos. Já no acumulado de março de 2021 a fevereiro de 2022, seis bimestres, o estado do Ceará somou R$ 306,84 milhões, significando um aumento de 17,78% comparado com o total acumulado nos seis bimestres anteriores, de março de 2020 a fevereiro de 2021.

No gráfico abaixo, vê-se o a linha temporal do acumulado de seis em bimestres com inversões, começando do ano de 2012.

Gráfico 6.5 – Inversões Financeiras acumuladas em seis bimestres – 1º bimestre de 2012 ao 6º bimestre de 2012 até o 2º bimestre de 2021 ao 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Para encerrar esta seção, mostram-se duas tabelas com as sínteses das Receitas de Capital, discutidas na Seção 5, e das Despesas de Capital. A Tabela 6.1 mostra os resultados no primeiro bimestre dos anos de 2021 e 2022 para as duas categorias econômicas supracitadas e suas subcategorias ou grupos de despesas.

Tabela 6.1 – Síntese das Receitas e Despesas de Capital – 1º bimestre de 2021 vs. 1º bimestre de 2022

(Valores em R$ milhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)

Descrição	Primeiro Bimestre		
	1º bimestre de 2021	1º bimestre de 2022	Δ%
Receitas de Capital	30,45	166,89	448,01%
Operações de Crédito	2,16	165,54	7547,65%
Transferências de Capital	23,14	1,34	-94,20%
Despesas de Capital	299,45	320,45	7,01%
Investimentos	70,53	92,93	31,76%
Amortização da Dívida	199,70	225,73	13,04%
Inversões Financeiras	29,22	1,78	-93,89%

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

A segunda tabela, Tabela 6.2, faz a síntese sobre os mesmos itens da Tabela 6.1, porém, na comparação do acumulado em seis bimestres.

Tabela 6.2 – Síntese das Receitas e Despesas de Capital – Acumuladas em seis bimestres

(Valores em R$ bilhões, atualizados pelo IPCA de fevereiro de 2022)

Descrição	Acumulado em seis bimestres		
	2º bim/20 ao 1º bim/21	2º bim/21 ao 1º bim/22	Δ%
Receitas de Capital	1,96	1,92	-2,18%
Operações de Crédito	1,70	1,69	-0,61%
Transferências de Capital	0,25	0,18	-27,47%
Despesas de Capital	4,33	5,32	22,84%
Investimentos	2,88	3,68	28,14%
Amortização da Dívida	1,20	1,33	11,20%
Inversões Financeiras	0,26	0,31	17,78%

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

7. RESULTADO PRIMÁRIO

Sabe-se que os recursos financeiros à disposição dos agentes econômicos, inclusive entes governamentais, são limitados. Partindo desse pressuposto, compete aos gestores públicos tornar o nível de gastos orçamentários condizentes com sua arrecadação. Desta interação entre receitas e despesas advém o conceito de resultado primário, que é definido como a diferença entre as receitas e despesas do Governo, excetuando-se as receitas e despesas oriundas de serviços financeiros. Tal conceito se reveste de grande importância, tendo em vista ser um indicador da saúde financeira dos entes públicos. Apurar a diferença em questão permite analisar quanto o setor público depende de terceiros para custear suas despesas, sendo, assim, um indicador de autossuficiência do ente público.

No estado do Ceará, de maneira não usual, mas por permissão das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no cálculo do resultado primário são excluídas as despesas com investimentos em infraestrutura e o superávit primário do exercício anterior.

O resultado oficial para o primeiro bimestre de 2022, considerando o critério acima da linha e despesas pagas, exibe um superávit primário de R$ 2,35 bilhões. Ao desconsiderarmos as exclusões permitidas pela LDO no total de R$ 17,21 milhões referentes a programas de infraestrutura, o resultado primário no primeiro bimestre de 2022 foi superavitário em R$ 2,33 bilhões.

8. RESULTADO NOMINAL E DÍVIDA PÚBLICA

O resultado nominal no primeiro bimestre do ano corrente, apurado pelo critério abaixo da linha, é de R$ 4,35 bilhões. Tal valor é obtido pela diferença entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) acumulada até dezembro de 2021 e a acumulada em fevereiro de 2022. O sinal positivo do resultado obtido revela que no primeiro bimestre de 2022 ocorreu uma redução nominal no estoque da DCL no montante supracitado. Conforme nota explicativa constante no Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, o expressivo resultado se deve à elevação na disponibilidade de caixa bruta do Estado, que passou a incorporar valores restituíveis e valores vinculados.

A tabela a seguir apresenta o desempenho da dívida pública e do ativo disponível em valores oficiais, no primeiro bimestre, no período entre 2012 e 2022. Os dados são apresentados em valores correntes, mas também como proporção da RCL acumulada nos 12 meses anteriores, permitindo ter-se uma visão da participação da dívida pública e do seu serviço nas receitas efetivamente disponíveis para o Estado.

Tabela 8.1 – Dívida Consolidada e Ativo Disponível do Ceará – 1º Bim. 2012 ao 1º Bim. 2022

(Valores nominais)

Período	Dívida consolidada	Ativo disponível		Dívida consolidada líquida	
	(em R$ milhões)	(em R$ milhões)	(em % da RCL)	(em R$ milhões)	(em % da RCL)
2012.B1	5.304,46	2.082,75	18,14%	3.221,72	28,06%
2013.B1	5.745,08	2.384,72	20,06%	3.360,36	28,27%
2014.B1	6.980,85	3.039,95	21,99%	3.940,90	28,50%
2015.B1	8.462,44	2.464,19	17,06%	5.998,25	41,52%
2016.B1	11.172,33	1.733,79	11,24%	9.438,54	61,19%
2017.B1	10.160,39	2.900,02	16,06%	7.260,37	40,21%
2018.B1	11.617,04	3.888,80	21,71%	7.728,24	43,15%
2019.B1	13.487,66	4.507,82	23,02%	8.979,84	45,87%
2020.B1	15.612,75	5.191,50	24,70%	10.293,47	48,97%
2021.B1	18.244,31	7.504,73	33,38%	10.593,22	47,12%
2022.B1	17.972,57	11.073,21	43,09%	4.349,81	16,93%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

A partir da Tabela 8.1 é fácil observar o impacto que a mudança na contabilização da disponibilidade de caixa do Estado exerceu sobre os indicadores da dívida pública cearense. Comparando o estoque da Dívi da Consolidada (DC) no primeiro bimestre de 2021 com o ano vigente, evidencia-se uma retração nominal de 1,49%. Por sua vez, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) diminuiu 58,94%, enquanto o ativo disponível líquido apresentou crescimento de 47,55%.

Considerando a proporção DCL/RCL, temos que o resultado que era de 47,12% em 2021, caiu para 16,93% em 2022, o menor valor observado desde 2012. Portanto, é possível afirmar que as mudanças realizadas na evidenciação da dívida pública cearense afetaram de forma significativa os indicadores referentes ao endividamento do Estado, sendo tal afirmação evidenciada pelo aumento no estoque da DCL, bem como

por sua proporção em relação a RCL. Dessa forma, é oportuno que tais mudanças sejam mais bem explicadas para a sociedade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores fiscais do Estado do Ceará, relativos ao primeiro bimestre de 2022, constantes neste artigo, demonstram que a situação orçamentário-financeira é de controle fiscal, mesmo com a continuidade das restrições orçamentárias, e o cenário econômico não inspire otimismo na retomada do crescimento no país em virtude da incapacidade do Governo Federal em promover investimentos para o crescimento da economia, devido a sua política fiscal, bem como pela crise sanitária da COVID-19, enfrentada em nosso país e em todo o mundo.

Observando o balanço orçamentário no primeiro bimestre de 2022 o montante de receitas correntes auferidas pelo Ceará teve crescimento real de 4,01%. Os dois principais componentes das receitas correntes, a saber: ICMS e FPE apresentaram variação de -0,16% e 11,92%, respectivamente.

Analisando as despesas correntes do Ceará, houve uma queda real de 18,11% em relação ao mesmo período do ano anterior. Averiguando o comportamento dos componentes da referida despesa, tem-se que os gastos com juros e encargos da dívida aumentaram 5,46%, enquanto os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram em 0,22%, considerando valores reais. Ressalta-se que o Ceará tem cumprido todos os limites estabelecidos pela LRF para a despesa, ficando o percentual da relação Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida abaixo do limite de alerta.

No que diz respeito ao resultado primário com base na despesa paga, o resultado oficial cearense indica superávit de R$ 2,35 bilhões no primeiro bimestre de 2022. Ao se desconsiderar as deduções permitidas pela LDO, o resultado primário é superavitário em R$ 2,33 bilhões.

Estudando a gestão da dívida pública, o resultado nominal para o período analisado indica uma diminuição de R$ 4,35 bilhões no estoque da DCL em relação ao observado no final de 2021. Ainda sobre a gestão da dívida pública é interessante observar o comportamento do indicador dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida, 16,93%, evidenciando que o Ceará apresenta desempenho muito abaixo do limite de 200%, estabelecido pela LRF.

Com relação a receita própria, o potencial de arrecadação do Estado é sempre maior que o arrecadado, tendo em vista a evasão fiscal, por isso é necessário um planejamento mais efetivo de tributação, arrecadação e fiscalização para que mais receitas sejam arrecadadas e serem aplicadas em atividades fins do Estado como educação, saúde, assistência, previdência, dentre outras, em benefício da sociedade cearense.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, 2001 a 2022.** Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 31 de março de 2022.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Casa Civil. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 30 de março de 2022 | SÉRIE 3 | ANO XIV Nº070 | Caderno 2/4. Disponível em: <http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br/doepesquisa/>. Acesso em: 31 de março de 2022.

APÊNDICE I

Glossário

- **Amortizações:** pagamento total ou parcial do principal da dívida pública.
- **Balanço Orçamentário:** demonstrativo contábil regulamentado pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que se apresentam as receitas e despesas previstas e despesas fixadas, suas execuções e o resultado orçamentário do período.
- **Convênios:** receitas recebidas de terceiros para aplicação em despesas correntes ou de capital.
- **Despesa com Pessoal:** seu conceito é definido no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estão enumerados os somatórios dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- **Despesa Corrente:** aplicação de recursos públicos na realização de gastos necessários à manutenção e ao funcionamento de serviços públicos já existentes.
- **Despesas de Capital:** despesas destinadas a atender investimentos, criação de novos serviços, inversões financeiras e amortizações da Dívida Pública.
- **Disponibilidade de Caixa:** recursos financeiros disponíveis, incluindo as aplicações financeiras.
- **Dívida Consolidada:** são os empréstimos contraídos pelo Estado em longo prazo mais os títulos de capitalização de recursos emitidos pelo Estado.
- **Dívida Consolidada Líquida:** empréstimos de longo prazo menos os recursos financeiros disponíveis, deduzidos das obrigações de curto prazo. O resultado são as obrigações líquidas que o Estado tem com terceiros.
- **Encargos Sociais:** custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários.
- **Fundo de Participação dos Estados (FPE):**são transferências de recursos para os Estados e o Distrito Federal previstas na Constituição Federal relativas à parte do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- **Inversões Financeiras:** despesas de capital com aquisição de imóveis, de bens de capital, já em utilização, aquisição de títulos representativos de capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando tal, constituição não importe em aumento de capital, constituição ou aumento de capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações de crédito bancárias ou de seguros.
- **Investimentos:** despesas de capital necessárias ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- **Juros e Encargos da Dívida:** são os recursos destinados ao pagamento dos

encargos financeiros da dívida consolidada.

- **Operações de Crédito Externas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado externo, ou seja, fora do país.
- **Operações de Crédito Internas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado interno, ou seja, dentro do próprio país.
- **Quociente do Equilíbrio Orçamentário:** razão resultante da divisão entre a previsão inicial da receita e a dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante da Lei Orçamentária Anual.
- **Quociente de Execução da Despesa:** indicador que examina a relação entre as despesas fixadas e as despesas realizadas. É resultante da relação entre a despesa executada e dotação atualizada.
- **Quociente de Execução da Receita:** indicador que mede a eficiência da previsão de arrecadação dos entes públicos e é obtido da relação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita.
- **Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** divisão entre a receita corrente e a despesa corrente que mostrará se houve superávit ou déficit orçamentário no período.
- **Quociente do Resultado Orçamentário:** a relação entre a receita arrecadada e a despesa realizada demonstrando se houve superávit ou déficit orçamentário no período. Se a receita for maior que a despesa haverá superávit orçamentário, se ocorrer o contrário haverá déficit.
- **Receitas de Capital:**receitas arrecadadas provenientes de operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, transferências financeiras para aplicação em despesas de capital e outras fontes de recursos destinados a atender despesas de novos serviços a serem criados.
- **Receitas de Contribuições:** contribuições sociais e econômicas. As contribuições sociais são aplicadas em despesas com saúde, assistência e previdência. As contribuições econômicas são aplicadas em despesas constantes no orçamento fiscal.
- **Receitas Correntes:** receitas destinadas a manter a máquina pública, compondo um importante instrumento de financiamento dos programas voltados às políticas públicas.
- **Receita Corrente Líquida:** receita corrente deduzida das transferências constitucionais a outros entes da Federação e da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- **Receita Derivada:** receitas arrecadadas pelo Estado através do seu poder soberano. São exemplos de receitas derivadas os tributos e as contribuições. Todos definidos em Lei.
- **Receitas Originárias:** receitas arrecadas pelo Estado através de sua atividade comercial, industrial ou prestação de serviços, além de rendimentos do seu

patrimônio: alugueis e rendimentos de aplicações financeiras.

- **Receita Patrimonial:** receita resultante da exploração do patrimônio do Estado, não possuindo caráter tributário.
- **Receitas Primárias Correntes:** receitas correntes deduzidas dos juros de aplicações financeiras.
- **Receita Pública:** recursos arrecadados pelo Estado, provenientes de receitas próprias e transferências constitucionais ou não, com a finalidade de custear despesas tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outras, bem como as despesas com investimentos destinados a novos serviços para atender às necessidades da sociedade.
- **Receita Tributária:** receitas que o Estado obtém resultantes da arrecadação dos tributos.
- **Rendimento de Aplicações Financeiras:** espécie de receita patrimonial formada pelos juros das aplicações no mercado financeiro.
- **Resultado Nominal:** variação da dívida do Estado de longo prazo.
- **Resultado Primário:** diferença entre as receitas primárias e despesas primárias que servirão para pagamento da dívida consolidada.
- **Resultado do Orçamento de Capital:** divisão entre a receita de capital e a despesa de capital.
- **Transferências Correntes:** recursos financeiros recebidos de outros entes federativos, de natureza constitucional ou legal, para aplicar em despesas correntes e de capital.

APÊNDICE II

Notas Metodológicas

1. Alguns relatórios contábeis utilizados para elaboração deste ensaio apresentam as despesas públicas em dois estágios: despesa empenhada e despesa liquidada. Objetivando padronizar a exposição e considerando que as despesas são computadas pelo empenho (Art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964), este ensaio, salvo menção explícita em contrário, utiliza as despesas empenhadas.

2. A capacidade de investimentos com recursos próprios, especificada na Tabela 8, foi estimada pelas seguintes expressões:

Onde: $ResPCor = RecPrimCor - DesPrimCor$

Onde: $ResPCor = Resultado\ Primário\ Corrente$

$RecPrimCor = Receita\ Primária\ Corrente$

$DesPrimCor = Despesa\ Primária\ Corrente$

Onde: $S = ResPCor + AplFin - ServDiv$

Onde: $S = CapacidadedeInvestimentocomRecursosPróprios$

$ResPCor = Resultado\ Primário\ Corrente$

$Apl = Rendimento\ de\ Aplicações\ Financeiras$

$ServDiv = Serviço\ da\ Dívida\ Pública$

3. O cálculo do percentual do investimento realizado com recursos próprios, especificado na Tabela 9, foi estimado como resíduo pela seguinte expressão:

$InvRPro = Percentual\ do\ Investimento\ com\ recursos\ próprios$

Onde:

$Inv = Investimento$

$ConvCap = Receitas\ de\ Capital\ de\ Convênios$

$OpCred = Operações\ de\ Créditos\ contratadas$

$OutRecCap = Outras\ Receitas\ de\ Capital$

Realização:

Apoio: